



CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS PERFIS E ESPECIALIDADES

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 30 (trinta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - b) **Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - e) não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO** poderá levar o **Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO** serão levados em conta.
- 10 - O tempo disponível para esta Prova objetiva e a Prova Discursiva é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para marcação do **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS GERAIS

Impacto social da inteligência artificial

- 1 A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia revolucionária que tem impactado significativamente diversas áreas da sociedade. Um dos aspectos mais marcantes desse impacto é a democratização de serviços, que permite o acesso e o usufruto dos benefícios por uma parcela cada vez maior da população. Entretanto, essa evolução tecnológica também traz consigo questões éticas complexas relacionadas à criação e ao desenvolvimento das inteligências artificiais. Portanto, o que é necessário considerar ao enfrentar o dilema ético?
- 2 A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. Dentre elas, é necessário destacar o acesso igualitário à informação. Por meio de assistentes virtuais e *chatbots*, pessoas com diferentes níveis de habilidades tecnológicas podem acessar informações, serviços e suporte de maneira mais fácil e eficiente. A tradução automática, por exemplo, facilita a comunicação entre populações que falam idiomas diferentes. Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos seus interesses.
- 3 Outra área em que a IA tem trazido melhorias é a de saúde e bem-estar. A aplicação na medicina proporciona diagnósticos mais precisos, descoberta de novos tratamentos e cuidados personalizados. Esses avanços têm o potencial de ampliar o acesso a serviços de qualidade, especialmente em áreas remotas e desfavorecidas. Na medicina de precisão, a IA identifica características genéticas específicas para selecionar os tratamentos mais adequados para cada paciente, o que permite maior eficiência e redução de custos associados a tratamentos ineficazes. Além disso, a IA favorece a telemedicina e a assistência médica remota, permitindo que médicos e profissionais de saúde prestem cuidados a pacientes distantes, o que é particularmente útil em áreas rurais ou com recursos médicos limitados, onde a presença física de um médico pode ser escassa. A telemedicina gera melhoria no acesso aos serviços de saúde, permitindo que mais pessoas recebam cuidados adequados.
- 4 A IA também tem contribuído para tornar o ensino mais acessível, desempenhando um papel significativo na educação de pessoas com necessidades intelectuais específicas e proporcionando suporte personalizado e adaptativo para atender às necessidades individuais. Plataformas de aprendizagem *on-line* e recursos inteligentes permitem a personalização e a adaptação dos métodos educacionais às necessidades individuais dos estudantes. Isso possi-

bilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade para pessoas em regiões com recursos limitados ou dificuldades de acesso à educação convencional.

- 5 Embora a inteligência artificial tenha o potencial de trazer benefícios sociais significativos, é importante considerar as questões éticas envolvidas em sua criação e seu desenvolvimento. Um dos desafios dessa natureza é a presença de vieses algorítmicos. Os algoritmos de IA podem refletir e perpetuar estigmas existentes na sociedade, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica. É fundamental que os desenvolvedores da ferramenta estejam conscientes dessas questões e adotem medidas para mitigar vieses, garantindo a equidade e a imparcialidade nos sistemas.
- 6 Outro desafio ético é a desigualdade digital. Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA. É crucial abordar essa desigualdade para garantir que a democratização dos serviços seja verdadeiramente inclusiva.
- 7 Para garantir que a IA seja um catalisador positivo para a sociedade, é fundamental salientar essas questões, adotar medidas para minimizar vieses, proteger a privacidade e trabalhar em direção a uma democratização inclusiva e acessível. Somente com uma abordagem responsável e colaborativa poderemos aproveitar todo o potencial da IA para o benefício de todos.

MORAES, Enio. **Jornal do Comércio**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/opiniao/impacto-social-da-inteligencia-artificial/#gref>. Acesso em: 19 nov. 2023. Adaptado.

- 1 De acordo com o texto, uma das preocupações essenciais para tratar as questões éticas relacionadas à inteligência artificial é
 - (A) garantir a inclusão digital da população.
 - (B) disponibilizar novos serviços aos usuários.
 - (C) investir em pesquisa para ampliar os recursos de IA.
 - (D) promover capacitação de desenvolvedores de ferramentas em IA.
 - (E) implementar algoritmos que reiterem concepções sociais tradicionais.

2

Depois de detalhar as diferentes contribuições da inteligência artificial no processo educacional da população o texto desenvolve a seguinte ideia:

- (A) a telemedicina tem permitido que profissionais de saúde prestem atendimento a moradores de áreas rurais.
- (B) a tradução automática é uma forma de acesso igualitária à informação de pessoas que falam idiomas distintos.
- (C) os algoritmos podem perpetuar estigmas sociais, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica.
- (D) os assistentes virtuais e os *chatbots* facilitam o acesso à informação a pessoas de baixa habilidade tecnológica.
- (E) os tratamentos mais adequados a diferentes pacientes podem ser definidos a partir de estudo de suas características genéticas.

3

O principal recurso argumentativo empregado no texto para defender a existência de impactos sociais positivos da inteligência artificial é

- (A) a apresentação de depoimentos de pesquisadores que desenvolvem estudos sobre o assunto.
- (B) a descrição de projetos governamentais voltados ao aperfeiçoamento dessa tecnologia revolucionária.
- (C) a enumeração de diferentes institutos de pesquisa destinados a desenvolver ações de inclusão social.
- (D) o detalhamento de diferentes serviços que garantem à população o acesso igualitário à informação.
- (E) o emprego de expressões depreciativas com o objetivo de relativizar a visão negativa sobre o uso da IA.

4

O trecho do segundo parágrafo “A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. **Dentre elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação” pode ser reescrito, de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, mantendo-se o sentido original, da seguinte forma:

- (A) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **onde** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (B) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **para as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (C) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (D) A inteligência artificial **tanto** tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (E) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **dentre as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.

5

No texto, o referente do termo em destaque está corretamente explicitado entre colchetes no

- (A) parágrafo 2 – “Dentre **elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação.” [democratização de serviços]
- (B) parágrafo 2 – “Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos **seus** interesses.” [algoritmos]
- (C) parágrafo 4 – “**Isso** possibilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade” [necessidades individuais dos estudantes]
- (D) parágrafo 5 – “é importante considerar as questões éticas envolvidas em **sua** criação e seu desenvolvimento” [benefícios sociais]
- (E) parágrafo 7 – “é fundamental salientar **essas** questões, adotar medidas para minimizar vieses” [questões éticas]

6

A concordância do verbo destacado atende às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) Ao levar em conta as questões éticas relacionadas aos algoritmos de reconhecimento facial, **percebe-se** as limitações da legislação atual.
- (B) Ao utilizar algoritmos em processos decisórios nas áreas de justiça e segurança pública, **reproduz-se** discriminações presentes na sociedade, tanto racial quanto de gênero.
- (C) Nos últimos anos, **constatou-se** mudanças significativas no modo como os usuários das redes sociais se deixam manipular pelos algoritmos digitais.
- (D) Para atender às demandas de democratização dos serviços relacionados à inteligência artificial, **optou-se** por investimentos mais altos na infraestrutura tecnológica.
- (E) Com o objetivo de facilitar a comunicação entre pessoas que falam idiomas diferentes, **desenvolve-se** assistentes virtuais de tradução automática.

7

Considere o seguinte trecho do 6º parágrafo:

Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA.

A relação lógica que se estabelece entre as duas frases é de

- (A) alternância
- (B) causalidade
- (C) concessão
- (D) condição
- (E) tempo



Text I

**How good is the U.S. economy?
It's beating pre-pandemic predictions.**

- 1 Americans might be reluctant to believe it, but on paper, the U.S. economy is doing pretty well. So well, in fact, that we're performing better than forecasts made even before the pandemic began.
- 2 The nation's employers added another 199,000 jobs in November, the U.S. Bureau of Labor Statistics reported on Friday. This means that overall employment is now 2 million jobs higher than was expected by now in forecasts made way back in January 2020 by the nonpartisan Congressional Budget Office.
- 3 The job market isn't the only front on which we have bested forecasts made before the pandemic. The overall size of the economy, as measured by gross domestic product, is larger than it was expected to be around now. The International Monetary Fund says that U.S. gross domestic product is higher today, in inflation-adjusted terms, than it had expected at the beginning of 2020. The IMF ran these calculations for countries around the world, and found the United States was an outlier in beating the organization's pre-covid forecasts.
- 4 So why did well-regarded professional forecasters underestimate the strength of the economy? And how is it that jobs and GDP are doing better than they expected, even as inflation has been unmistakably worse?
- 5 To some extent, all these things are related. Forecasters obviously did not anticipate the pandemic. They also did not anticipate the unprecedentedly enormous government response to the coronavirus. When the public health crisis hit and disemployed millions of American workers, policymakers implemented unusually generous fiscal and monetary stimulus.
- 6 Such measures helped get people back to work sooner, and avoided the long, painful effort back to normal that had followed the Great Recession. Thus, faster job growth. They also massively amplified consumer demand, at a time when the productive capacity of the economy (i.e., companies' ability to make and deliver the things their customers want) couldn't keep up. Employers faced all kinds of shortages — of products, materials, workers — and consumers anxious to buy stuff raised the prices of whatever inventory companies actually had available. Thus, faster price growth.
- 7 If you had asked me back in January 2020 how Americans might feel about an economy with an "extra" 2 million jobs, unemployment less than 4 percent, and inflation just over 3 percent, I probably would have guessed the public would be pretty content. However people are still furious about the extra price growth

they've already endured to date, and unimpressed by all that extra job growth. Maybe it's human nature for people to view better jobs or pay as things they've earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if both are, to some extent, two sides of the same coin.

Available at: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/12/08/jobs-report-economy-beats-pandemic-predictions/>. Retrieved on: Dec. 12, 2023. Adapted.

8

According to Text I,

- (A) although the job market and the GDP are getting worse, prices are decreasing.
- (B) the increasing unemployment has contributed to people's positive perception of the U.S. economy.
- (C) the current predictions about the U.S. economy indicate that the job market will worsen in the future.
- (D) despite people's negative perception, the U.S. economy is doing well.
- (E) excessively positive forecasts about the U.S. economy have pushed prices up.

9

In Text I, in paragraph 4, one of the questions is "why did **well-regarded professional** forecasters underestimate the strength of the economy?"

The expression **well-regarded professional** forecasters can be rewritten, with no change in meaning, as

- (A) respected and experienced forecasters
- (B) enthusiastic and unskilled forecasters
- (C) kind and pretentious forecasters
- (D) strict and amateur forecasters
- (E) laid back and intense forecasters

10

In the sentence "Forecasters obviously did not **anticipate** the pandemic" (Text I, paragraph 5) the term **anticipate** could be replaced, with no change in meaning, by

- (A) precede
- (B) expect
- (C) need
- (D) hide
- (E) fight

11

In the sentence "I probably would have guessed the public would be **pretty content**" (Text I, paragraph 7), the expression **pretty content** can be rewritten, with no change in meaning, by

- (A) very discouraged
- (B) really satisfied
- (C) beautifully betrayed
- (D) poorly valued
- (E) slightly strong

12

In the sentence “Maybe it’s human nature for people to view better jobs or pay as things they’ve earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if **both** are, to some extent, two sides of the same coin.” (Text I, paragraph 7), the word **both** refers to

- (A) “human nature” and “people”
- (B) “better jobs and pay” and “human nature”
- (C) “a painful price increase” and “people”
- (D) “people” and “things they’ve earned”
- (E) “better jobs and pay” and “a painful price increase”

Text II

UK Economy Forecast to Narrow GDP Gap with Germany by 2038

- 1 The UK will be Europe’s best-performing major economy in the next 15 years, narrowing the gap with Germany and extending its lead over France, according to new long-run forecasts.
- 2 The Centre for Economics and Business Research predicted that GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy.
- 3 Under CEBR’s long-run world economic rankings, the UK is expected to grow faster than all of the eurozone “big four” economies — France, Germany, Italy and Spain — but not as rapidly as the US.
- 4 “The fundamentals of the UK economy are still very much strong,” said Pushpin Singh, senior economist at CEBR. “London’s status as a financial and advisory services hub enduring, along with the wider strength of the services sector across the UK, will push UK growth.”
- 5 By 2038, Italy will drop out of the world’s top 10 economies by size, replaced by South Korea. The US and Germany will slip down the rankings, while India and Brazil — two developing economies with large populations — will rise within the top 10.
- 6 France will underperform the UK particularly due to its large public sector and high tax levels, while Germany’s manufacturing slowdown will help Britain narrow the gap, according to Singh.

Available at: <https://www.bnnbloomberg.ca/uk-economy-forecast-to-narrow-gdp-gap-with-germany-by-2038-1.2015577>. Retrieved on: Dec. 26, 2023. Adapted.

13

In paragraph 2, the author states that: “GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy”.

The expression **the world’s sixth-largest economy** from that statement is correctly translated into Portuguese in

- (A) o mundo e as seis maiores economias
- (B) o mundo e a sexta maior economia
- (C) as seis maiores economias do mundo
- (D) um sexto das maiores economias do mundo
- (E) a sexta maior economia do mundo

14

According to the forecast in paragraph 5, one could affirm in Portuguese, that **a economia brasileira terá uma boa colocação no ranking mundial**.

That affirmation is correctly translated into English in

- (A) The economy Brazilian will have a good position in the rankings world.
- (B) The Brazilian economy will have a good position in the world rankings.
- (C) The Brazilian economy will have a position good in the rankings of world.
- (D) An economy Brazilian will have the good position in the rankings of the world.
- (E) An economy Brazilian will have the position good in rankings world’s.

RASCUNHO



15

Considere o texto a seguir sobre a formulação de política pública.

No Brasil, o nascedouro de um sistema público de proteção ao emprego que amparasse os desempregados data de 1986, com o seguro-desemprego, sendo, em 1988, incluído na Constituição Federal, definindo fundo específico para ações que envolvem também a intermediação de empregos e a qualificação. Nesse contexto, a elaboração da política de economia solidária no país é uma estratégia de governo para aprimorar os caminhos tomados pelas políticas de emprego e desenvolvimento; trata-se de uma política de atenção aos grupos sociais mais vulneráveis ao desemprego estrutural e ao empobrecimento. Desse modo, a economia solidária se situa entre as novas perspectivas de relações de trabalho agenciadas por políticas públicas, derivando a importância da evidência das demandas e/ou problemas intrínsecos a ela. A expressão economia solidária pode servir para designar práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal — como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura —, englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas com sentido de coletividade, provocando a solidariedade na produção econômica, propriamente.

BARBOSA, R. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA e SILVA, M.; YAZBEK, M. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 90-101. Adaptado.

Na elaboração dessa política pública visando às unidades produtivas, identifica-se o seguinte problema:

- (A) excessiva legislação de regulação do trabalho coletivo ou autogestionário
- (B) preponderância de investimento em pesquisa aplicada em sustentabilidade
- (C) específica comercialização da cadeia produtiva do trabalho autogestionário
- (D) abrangente pulverização de crédito pelas grandes aglomerações financeiras
- (E) elevada capacitação de trabalhadores na especificidade técnica da autogestão

16

No texto a seguir, reflete-se acerca de processos e atores das políticas públicas.

As transformações do Estado impactam diretamente nas transformações das políticas públicas e vice-versa. Estas, derivadas da sociedade civil, especificamente do terceiro setor, são indicadores de ampliação dos espaços historicamente reservados às elites. A reflexão sobre as possíveis articulações entre políticas públicas e desenvolvimento com pretensões sustentáveis, exige um entendimento dos processos políticos e das estruturas de poder que influenciam as decisões e as medidas de governo. A gestão do Estado é um processo intrincado que requisita a negociação de interesses diversos, envolvendo atores sociopolíticos influentes e poderosos, o que é especialmente complexo no Brasil. Apesar das dificuldades políticas e institucionais para influenciar o processo de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira encontra formas de aumentar a sua esfera de influência política e direcionar políticas públicas.

MENDES, A. *et al.* Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA, C.; SOUZA-LIMA, J. (org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 31-32. Adaptado.

Com relação aos atores sociais implicados no desenvolvimento nacional, a concepção de políticas públicas eficazes deve ter como objetivo a(o)

- (A) secundarização do terceiro setor, que apresenta baixo grau de empregabilidade e se restringe a campanhas de mobilização.
- (B) relativização do modelo de parcerias público-privadas, que fracassa em sua experiência internacional, como a estadunidense.
- (C) implementação de programas de ajuste estrutural, adequados ao Consenso de Washington, que visa ao protecionismo comercial e financeiro nacional.
- (D) engajamento da sociedade civil na elaboração, na implementação e no monitoramento de projetos de desenvolvimento, que reforcem a democracia.
- (E) estímulo do modelo desenvolvimentista alicerçado no Estado, capital doméstico e internacional, que reforça a nacionalização da economia.

RASCUNHO

17

Sobre a análise de políticas públicas, considere o texto abaixo.

Para a análise de políticas públicas, podem-se agrupar várias atividades, tendo como resultado um conjunto de processos político-administrativos. Surge um esquema de análise de políticas públicas que se atém aos processos e evita análises sobre a substância das políticas: pretende-se entender como as decisões são tomadas ou como deveriam ser tomadas, mais do que identificar quem ganha o quê e por quê.

DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F.; SALM, J. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009. p. 103-104. Adaptado.

No conjunto de processos político-administrativos vinculados à política pública, identifica-se a atividade específica que visa estudar os programas governamentais, relatando os seus *outputs*, considerando os seus impactos sobre os grupos-alvo e sobre os outros grupos, além de propor mudanças e ajustes; trata-se de uma atividade funcional de mensuração e análise.

Na análise de políticas públicas, essa atividade específica consiste na

- (A) avaliação de políticas
- (B) montagem da agenda
- (C) formulação de propostas
- (D) identificação de problemas
- (E) implementação de programa

18

O texto a seguir aborda a política pública de combate à fome no Brasil.

As causas da fome são estruturais e continuarão a produzir exclusão social. Portanto, é necessário promover a articulação das políticas estruturais com as políticas específicas de combate à fome. Logo, um programa de combate à fome no Brasil, como o Cartão Alimentação, é justificado pelo seguinte conjunto de razões: possibilita a sua massificação rapidamente sem ser inflacionário, pois impacta a pequena produção familiar agropecuária; é um programa típico keynesiano, tendendo a expandir-se em épocas de recessão e de se contrair nas de crescimento acelerado; é temporário e associado a outros programas, como o bolsa-escola, o seguro desemprego e o bolsa-alimentação; permite a implantação de sistemas de controle, de modo a exigir sempre uma contrapartida em termos de ocupação e emprego dos beneficiários; e combina o caráter emergencial de assistência direta às famílias mais pobres com políticas setoriais de reestruturação econômica, como a reforma agrária, a política agrícola e a geração de mais e melhores empregos.

SILVA, G.; BELIK, W. TAKAGI, M. Os desafios de uma política de segurança alimentar no Brasil. In: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (Org.). **A pobreza do Estado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-152. Adaptado.

O conjunto de razões apresentado justifica especificamente um programa de

- (A) transferência de renda em dinheiro
- (B) fornecimento de alimentos em espécie
- (C) transferência de renda em crédito agrícola
- (D) caridade às famílias mais pobres das cidades
- (E) transferência de renda vinculada à compra de alimentos

RASCUNHO



19

O texto abaixo apresenta a descrição de um estágio da política pública.

Depois que um problema público conseguiu entrar na agenda política, depois que foram formuladas várias opções para resolvê-lo e depois que o governo estabeleceu os objetivos políticos e se decidiu por um curso de ação, ainda cabe a ele colocar a decisão em prática. Enquanto a maioria das decisões políticas identifica os meios para perseguir seus objetivos, as escolhas subsequentes têm de alcançar resultados. Para que uma política funcione, há que se alocar fundos, designar pessoas e desenvolver regras de como proceder. Esse estágio do ciclo da política pública depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias, contando, também, com atores não governamentais que fazem parte do subsistema político-administrativo.

HOWET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p.179. Adaptado.

Essa descrição se refere integralmente ao seguinte estágio de uma política pública:

- (A) Avaliação de política: *policy-making* como aprendizagem
- (B) Montagem da agenda: a construção dos problemas
- (C) Tomada de decisão: escolhas positivas e negativas
- (D) Implementação de política: atores e atividades
- (E) Formulação política: instrumentos e *design*

20

Considere o texto sobre a Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) tem expressamente uma constituição econômica voltada para a transformação das estruturas sociais. O capítulo da Ordem Econômica da CF/88 (Artigos 170 a 192) tenta sistematizar os dispositivos relativos à configuração jurídica da economia e à atuação do Estado na economia, isto é, os preceitos constitucionais que, de um modo ou de outro, reclamam a atuação estatal no domínio econômico, embora estes temas não estejam restritos a este capítulo do texto constitucional. Em sua estrutura, o capítulo da Ordem Econômica engloba, no Artigo 170, os princípios fundamentais da ordem econômica brasileira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna de acordo com a justiça social. Além desses princípios estruturantes, a ordem econômica da CF/88 engloba dispositivos que tratam da ordem econômica no espaço e no tempo.

BERCOVICI, G. Os princípios estruturantes e o papel do Estado. In: CARDOSO Jr., J. (Org.). **A Constituição Brasileira de 1988 revisitada**. Brasília: Ipea, 2009. p. 256. Adaptado.

No texto constitucional, para além dos princípios, a ordem econômica no espaço está configurada nas disposições sobre

- (A) Reforma agrária e política urbana
- (B) Soberania nacional e defesa do meio ambiente
- (C) Livre concorrência e redução das desigualdades sociais
- (D) Função social da propriedade e busca do pleno emprego
- (E) Defesa do consumidor e redução das desigualdades regionais

21

Determinada lei municipal instituiu pensão por morte e por invalidez para os representantes políticos municipais, beneficiando os ex-ocupantes dos cargos, seus cônjuges ou companheiros sobreviventes, bem como seus descendentes consanguíneos de 1º grau.

À luz da Constituição Federal, a lei em questão é

- (A) válida, conforme arquétipo constitucional, que concede tal vantagem ao Presidente da República.
- (B) válida, caso presentes os mesmos parâmetros utilizados para a concessão da mesma pensão no modelo da Constituição Federal.
- (C) válida, desde que haja previsão do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- (D) inválida, por criar despesa sem apontar a respectiva fonte de custeio ou as medidas de compensação orçamentária.
- (E) inconstitucional, por ofender os princípios da Administração Pública, em especial o da igualdade, desvelando tratamento privilegiado.

22

O assessor jurídico de uma agência de fomento foi incumbido de avaliar um projeto que se baseava em uma norma estadual, de iniciativa popular, que previa a afetação de 10% do orçamento bruto a programas agrícolas. Há dúvidas sobre a compatibilidade dessa norma com a Constituição Federal.

Após estudar o caso, o assessor constatou que essa norma é

- (A) incompatível, uma vez que é de iniciativa do Poder Executivo propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) incompatível, sendo do Poder Legislativo a iniciativa de propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (C) compatível, uma vez que a lei objetiva incentivar determinado setor econômico e não vincula receitas de determinados impostos de competência do Estado.
- (D) compatível, já que é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Executivo só se aplica no caso dos territórios federais.
- (E) compatível, obedecendo às regras constitucionais, no que diz respeito à iniciativa das leis, como corolário da autonomia, independência e harmonia dos Poderes e reveladoras do sistema federativo.

23

Considere o texto a seguir sobre a situação dos quilombolas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos que ocupem suas terras, cabendo ao Estado o dever de emissão dos títulos de propriedade. Essas terras ficaram conhecidas como Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas. [...] De fato, apenas em 2003, o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos foi regulamentado, tendo como órgão responsável na esfera federal o Incra.

GONÇALVES, G. **Acesso à água de famílias quilombolas inscritas no cadúnico e aspectos associados**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Ipea, 2021. p. 6. Adaptado.

Pela primeira vez na história, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigou integrantes dos povos e comunidades tradicionais. De acordo com dados do Censo 2022, a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país.

A elaboração de uma política pública voltada à comunidade quilombola deve incorporar o seguinte dado socioespacial:

- (A) todas as unidades federadas contêm territórios quilombolas.
- (B) a maioria da população quilombola reside em terras tituladas.
- (C) o Nordeste concentra mais da metade do total de quilombolas.
- (D) a maioria quilombola vive em territórios oficialmente delimitados.
- (E) o Norte detém a maioria de quilombolas em territórios delimitados.

24

Considere o texto abaixo sobre novas tecnologias no mundo do trabalho.

A chamada quarta revolução industrial, em pleno curso na atualidade, baseia-se na difusão e na integração das tecnologias já utilizadas desde os anos 1970, por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), bem como em novos avanços tecnológicos nos campos da inteligência artificial, da nanotecnologia e da biologia. Essa revolução traz em seu bojo a possibilidade de automação de atividades altamente especializadas e não rotineiras. As alterações nos padrões sociais e tecnológicos impostos pela atual revolução tecnológica impõem a necessidade de ajustes nas políticas públicas, em particular daquelas relacionadas ao mercado de trabalho. No Brasil, a introdução de tecnologias relacionadas à quarta revolução industrial ocorre, mas é, ainda, incipiente, principalmente devido às deficiências na infraestrutura de comunicações, ao alto custo de importação de máquinas e equipamentos e ao reduzido grau de inovação tecnológica verificado para o conjunto da economia.

MACIENTE, A.; RAUEN, C.; KUBOTA, L. Tecnologias digitais, habilidades ocupacionais e emprego formal no Brasil entre 2003 e 2017. Brasília: Ipea. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, ano 25, n. 66, abr. 2019. p. 2. Adaptado.

No Brasil, essas novas tecnologias provocam o seguinte impacto no mundo do trabalho:

- (A) redução do grau de especialização dos trabalhadores formais
- (B) diminuição do grau de competitividade das empresas no mercado
- (C) queda do uso de habilidades cognitivas nos setores de comunicação
- (D) desempenho de atividades rotineiras por máquinas e/ou computadores
- (E) busca de soluções pelo trabalhador bloqueada por tecnologias de informação

25

O texto abaixo aborda a dinâmica demográfica brasileira.

A composição de uma população em seus elementos básicos, como sexo e idade, está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como mercado de trabalho e mercado consumidor. Um ponto importante é que as especificidades da composição populacional variam ao longo do tempo como decorrência dos processos históricos de cada sociedade. A dinâmica demográfica é marcada por processos inerciais, que demandam décadas entre o início e a identificação dos efeitos das mudanças na composição populacional. Destaca-se que um dos processos mais marcantes da dinâmica demográfica que está em curso no Brasil é a transição demográfica. Nessa perspectiva, a transição demográfica consiste na passagem de uma sociedade rural e tradicional, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para uma sociedade urbana e moderna, com essas mesmas taxas em índices reduzidos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p.7. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

A transição demográfica do Brasil atual provoca o seguinte efeito na dinâmica populacional:

- (A) aumento da proporção relativa de pessoas em idade ativa, devido ao bônus demográfico em andamento
- (B) elevação da razão de dependência de crianças e adolescentes, em comparação à de adultos e idosos
- (C) redução dos gastos governamentais com seguridade social, devido ao início do período do bônus demográfico
- (D) impedimento da agregação de indivíduos da faixa etária senil à população em idade ativa
- (E) incremento da elevação das taxas de fecundidade total vinculado ao aumento da expectativa média de vida

26

O texto abaixo discute a questão das cidades e da estrutura produtiva.

As cidades integrantes de uma rede urbana se diferenciam pelos seus tamanhos populacionais, mas também, e sobretudo, em razão da oferta e da qualidade dos serviços que oferecem, como escolas, hospitais, bancos, comércio e universidades. O avanço da transição urbana a partir dos anos 1980, juntamente com a progressão da transição demográfica, diminuiu as taxas de crescimento da população. Muitas regiões e cidades, porém, aumentaram seu peso demográfico por causa dos fluxos migratórios. O contexto da crise econômica abriu então alternativas para cidades de menor porte, especialmente em razão da periferização dos centros urbanos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p. 51. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

Nesse contexto de transição, a partir da década de 1990, identifica-se o seguinte processo socioespacial específico:

- (A) extinção de tecnopolos no Centro-Sul
- (B) estagnação da fronteira agrícola no Norte
- (C) contração do dinamismo das capitais regionais
- (D) desconcentração industrial de regiões metropolitanas
- (E) retração demográfica e produtiva das cidades médias

27

Considere o texto sobre a Lei Júlio Lancellotti.

A Lei 14.489, de 2022, é designada Lei Padre Júlio Lancellotti por uma referência ao religioso que, desde 1986, promove trabalhos sociais na cidade de São Paulo. Coordenador de uma pastoral, Lancellotti usou uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas sob um viaduto pela prefeitura da capital paulista. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que usa sua página numa rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades. Essa lei altera o Estatuto da Cidade para estabelecer entre suas diretrizes a “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado”.

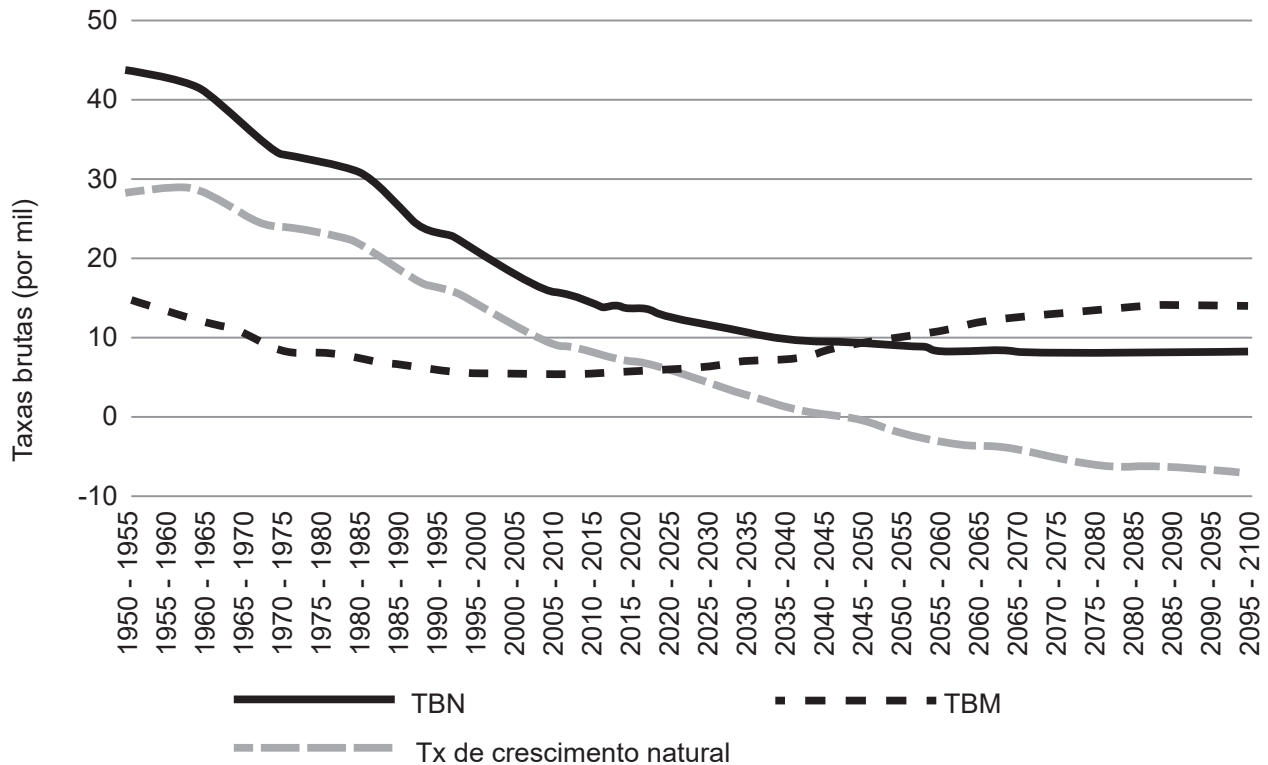
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acesso em: 20 nov. 2023. Adaptado.

Essa recente lei tem como propósito principal evitar a

- (A) especulação imobiliária, discriminando os materiais de construção adequados para os espaços públicos.
- (B) prescrição do Estatuto da Cidade, garantindo a fruição de espaços públicos urbanos livres de arquitetura hostil.
- (C) exclusão social de grupos vulneráveis, garantindo a acessibilidade de pessoas em situação de rua aos espaços públicos.
- (D) permanência de grupos sociais minoritários nos espaços públicos, indicando a prática de uma arquitetura menos hostil.
- (E) utilização popular indiscriminada de praças, calçadas, viadutos e jardins, restringindo o vandalismo nos espaços públicos.

28

Considere o gráfico sobre a demografia no Brasil.



Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/590233>. Acesso em: 18 nov. 2023. Adaptado.

A análise do comportamento demográfico, no período 2020-2025, conduz à seguinte conclusão:

- (A) o crescimento vegetativo está em elevação, decorrente da alta fecundidade.
- (B) o bônus demográfico está em pleno curso, face às condições históricas.
- (C) o saldo migratório está em estagnação, em virtude das crises econômicas.
- (D) a taxa de natalidade está em alta, devido à urbanização acelerada.
- (E) a taxa de mortalidade está em declínio, com o fim da pandemia de Covid-19.

29

O texto a seguir trata da urbanização brasileira.

No Brasil, verificam-se recentes transformações ocorridas nas relações entre os territórios urbanos, bem como no perfil demográfico, produtivo e funcional dos municípios. Além das áreas de concentração de população, o IBGE também identifica os chamados arranjos populacionais, agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, assim como municípios isolados, com população superior a 100 mil habitantes, que, juntos, conformam concentrações urbanas. O Ipea define aglomerações urbanas como aquelas “formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares” e que podem ser constituídas por espaços urbanizados contínuos e descontínuos. Constatam-se mudanças na morfologia urbana, apoiadas no predomínio do automóvel, nas tecnologias de informação e na localização de empresas e moradias em locais mais distantes, que vêm provocando uma “metropolização expandida”, ou seja, uma expansão territorial metropolitana que resulta em mudança completa na estrutura, forma e função das metrópoles.

MOURA, R.; PÊGO, B. **Aglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul**: trajetórias e novas configurações. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 8. (Texto para Discussão n. 2.203). Adaptado.

Essa metropolização expandida é comprovada pela configuração de:

- (A) capitais regionais que controlam os movimentos pendulares.
- (B) cidades conurbadas que respondem por forte rede de fluxos.
- (C) centros locais que atendem à expansão da fronteira agrícola.
- (D) cidades médias que apresentam decrescimento demográfico.
- (E) metrópoles nacionais que inibem a segregação socioespacial.

30

O texto a seguir aborda a questão da sustentabilidade energética no Brasil.

As projeções de consumo e oferta de energia para 2030, elaboradas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apontam continuidade do perfil da matriz energética brasileira, com maior grau de dependência de combustíveis fósseis, altamente dependente do petróleo. As novas hidrelétricas e outras fontes renováveis, como a eólica e a geração termelétrica com o bagaço da cana, são os elementos que indicam a possibilidade de fontes renováveis na área de geração elétrica. [...] O primeiro aerogerador a entrar em operação comercial no país foi instalado em Fernando de Noronha, em 1992. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, virtuosamente a participação de fontes eólicas nos últimos anos tem ganhado espaço junto à matriz elétrica nacional.

IPEA. Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Ipea. **Comunicados Ipea**, fev. 2011, p. 1-7. Adaptado. DINIZ, T. Expansão da indústria de geração eólica no Brasil: uma análise à luz da nova economia das instituições. Brasília: Ipea. **Planejamento e políticas públicas**, n. 50, jan.-jun. 2018. p. 234. Adaptado.

A maior capacidade instalada para a geração de energia eólica do país está concentrada na seguinte região:

- (A) Norte, com financiamento do BNDES
- (B) Centro-Oeste, com supervisão da ANEEL
- (C) Sul, com contratação de usinas em leilões
- (D) Sudeste, com intervenção da Eletrobras
- (E) Nordeste, com participação pública e privada

RASCUNHO

RASCUNHO

Perfil III - Planejamento, Pesquisa e Avaliação de Políticas Públicas e da Gestão Governamental
Especialidade: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - b) **Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - e) não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

Classicamente é possível, de forma geral, definir os tipos de pesquisa científica, considerando três categorias. Associe as categorias às suas características específicas apresentadas a seguir.

- I – Pesquisa descritiva
- II – Pesquisa de associação sem interferência entre as variáveis
- III – Pesquisa de associação com interferência entre as variáveis

- P – Testa hipótese de descrição
- Q – Testa hipótese de associação
- R – Testa hipótese de causa e efeito
- S – Não apresenta hipótese

A associação correta é:

- (A) I – P , II – Q , III – S
- (B) I – Q , II – R , III – S
- (C) I – R , II – P , III – Q
- (D) I – S , II – P , III – Q
- (E) I – S , II – Q , III – R

2

Considere o fragmento de texto a seguir.

Formular uma definição aceitável de ciência empírica é tarefa que encerra dificuldades. Algumas dessas dificuldades decorrem do fato de que devem existir muitos sistemas teóricos cuja estrutura lógica é similar à estrutura lógica do sistema aceito, em um particular instante da História como sistema de ciência empírica. Esse fato é descrito, algumas vezes, afirmando-se que há grande número – presumivelmente infinito – de mundos logicamente possíveis.

POPPER, Karl R. – **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução: Leônidas Hegenberg; Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1974, p.40. Adaptado.

O sistema que se denomina no texto de ciência empírica é o de

- (A) experiência metafísica
- (B) realidade subjetiva
- (C) transitoriedade
- (D) paralaxe cognitivo
- (E) realidade objetiva

3

Segundo o pensador Karl Popper, um sistema teórico pode ser dito “axiomatizado” quando um conjunto de enunciados, os axiomas, tiver sido formulado de tal forma que satisfaça a requisitos fundamentais.

Sendo assim, para que um sistema teórico seja axiomatizado, ele, necessariamente, deve

- (A) permitir dedução mútua entre axiomas integrantes.
- (B) permitir a dedução da maioria dos enunciados da teoria.
- (C) incluir pressupostos prescindíveis, visando expansão da teoria.
- (D) conter mútua contradição de maneira a permitir auto-avaliação.
- (E) descartar qualquer axioma deduzível dos demais axiomas.

4

Considere o fragmento de texto abaixo.

Em algum momento entre 1740 e 1780, os eletricitistas tornaram-se capazes de, pela primeira vez, dar por estabelecidos os fundamentos de seu campo de estudo. Daí para a frente orientaram-se para problemas mais recônditos e concretos e passaram cada vez mais a relatar os resultados de seus trabalhos em artigos endereçados a outros eletricitistas, ao invés de em livros endereçados ao mundo instruído em geral.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1997, p.42.

O trecho foi extraído da obra de Thomas Kuhn e destaca, no contexto das ciências puras e aplicadas, um dos fundamentos mais importantes no campo da metodologia científica moderna.

O conceito metodológico-científico a que se refere o texto é o de

- (A) anormalidade
- (B) paradigma
- (C) similaridade
- (D) anisotropia
- (E) pragmatismo

RASCUNHO

5

Considere o texto sobre a produtividade da economia brasileira.

Independentemente da forma como se meça, de qual indicador ou nível de agregação se utilize ou ainda, a qual país se compare, a produtividade brasileira teve um desempenho muito fraco nas últimas décadas. Desde o final dos anos 1970, a produtividade brasileira não cresce de forma substantiva e sustentada. Nos anos 2000, foi possível perceber uma tendência de crescimento da produtividade até 2008, especialmente na produtividade total dos fatores. Todavia, esse crescimento foi muito tênue se observado o cenário de longo prazo, pois não foi suficiente para reverter a forte queda dos anos 1980. Se levarmos em conta, ainda, o aumento de capital humano observado nos últimos vinte anos, percebe-se que quase todo o ganho de produtividade se deveu a esse fator.

NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. Os dilemas e desafios da produtividade no Brasil. In: _____ (org.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília, DF: Ipea, 2014, p. 47. Adaptado.

Responsável pelo ganho de produtividade da economia brasileira contemporânea, o fator capital humano é mediado diretamente por meio de

- (A) elevação do volume de crédito
- (B) ampliação da escala de produção
- (C) melhoria do ambiente de negócios
- (D) incorporação de tecnologia à produção
- (E) aumento da escolaridade dos trabalhadores

6

Considere o texto sobre a questão regional no Brasil.

O debate sobre as desigualdades regionais no Brasil, prevalente na década de 1990, estabeleceu-se de modo muito pessimista em função das expectativas negativas que se tinha acerca dos prováveis efeitos do forte movimento de abertura comercial, financeira e produtiva que se implementou no período, marcado pelo baixo crescimento econômico, elevado desemprego e fraca atuação governamental. No setor industrial, as periferias avançaram firmemente, se tornando regiões de atração para empreendimentos que passaram por forte reestruturação de custos na região “central”, em prol da desconcentração produtiva.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. In: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n.9, 2014, p. 68. Adaptado.

O relativo avanço produtivo nas regiões periféricas, nesse período, é explicado pelo seguinte fator:

- (A) o enfraquecimento do setor terciário no Sudeste
- (B) o fortalecimento do setor terciário no Centro-Oeste
- (C) os ganhos da agropecuária no Norte
- (D) os ganhos do setor agropecuário no Nordeste
- (E) os incentivos fiscais das políticas regionais e estaduais

7

Considere o texto sobre mudanças climáticas e seus efeitos socioeconômicos.

Projeções de clima futuro mostram um clima mais quente em toda a América do Sul até finais do século XXI. Os máximos de aquecimento localizam-se nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, em todas as estações do ano, e estendem-se para as regiões Nordeste e Sudeste. Com relação à precipitação, as projeções indicam um clima mais seco no verão no Leste da Amazônia, no Nordeste e no Norte, e aumentos nos extremos da precipitação nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Há projeções de aumento na frequência de períodos secos no Nordeste e no Norte. A população mundial e a do Brasil, em especial, concentram-se cada vez mais em centros urbanos. As atividades humanas que emitem gases de efeito estufa o fazem para atender às demandas dessa população, estejam essas atividades sendo realizadas dentro ou fora das cidades. O planejamento urbano e a gestão das cidades têm, e terão cada vez mais, uma grande interferência nos cenários futuros de mudança climática, por influenciar direta e indiretamente as fontes de emissão de gases de efeito estufa.

KLUG, L.; MARENGO, J.; LUEDEMANN, G. Mudanças climáticas e os desafios brasileiros para implementação da nova agenda urbana. In: COSTA, M. (org.). **O Estatuto da Cidade e o Habitat III**. Brasília, DF: Ipea, 2016, p. 308. Adaptado.

Nesse contexto, o planejamento urbano integrado que visa mitigar os efeitos das mudanças climáticas deve incorporar o objetivo de

- (A) instalar redes elétricas inteligentes que impulsionem fontes renováveis, como a fotovoltaica e a eólica.
- (B) implantar programa voluntário de eficiência energética que proíba o uso de energia elétrica em edificações.
- (C) incentivar conforto ambiental e arquitetura sustentável que reduzam o uso de fotocélulas e a carga da iluminação natural.
- (D) promover a geração de créditos compensatórios e o vazamento de emissões que deixam de ocorrer em dado local.
- (E) priorizar investimentos em infraestruturas urbanas que substituam trens de alta velocidade por voos de curta duração.

RASCUNHO



8

Considere o texto sobre a economia brasileira.

Até 1990, a economia brasileira estava altamente protegida por várias barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, e a política industrial era intervencionista, com grande variedade de incentivos, subsídios ao crédito e controle de preços. Um novo período de expansão se iniciou em 1993, marcado por uma liberalização. A principal preocupação de política econômica era a inflação. De uma taxa estável de 100% a.a. no início dos anos 1980, a inflação acelerou na maior parte da década, atingindo um pico de 2.574% a.a., em 1990. As medidas de política e a recessão reduziram a taxa um pouco em 1991 e 1992, mas a inflação acelerou novamente em 1993 e 1994. A resposta de política econômica incluiu pelo menos cinco planos distintos, procurando conter a inflação com um misto de controle de preços — ou congelamento — e tentativas de interromper a indexação.

HAY, D. A liberalização comercial brasileira após 1990 e o desempenho das grandes empresas industriais. *In*: IPEA. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 30, n. 2, ago. 2000, p.185. Adaptado.

Nesse contexto, nos anos 1990, o plano que, com efeito, controlou a inflação nacional, reduzindo-a ao nível de 10%, foi o

- (A) Plano Verão, no estágio de recessão do ciclo
- (B) Plano Bresser, no estágio de recessão do ciclo
- (C) Plano Real, no estágio de recuperação do ciclo
- (D) Plano Collor, no estágio de recuperação do ciclo
- (E) Plano Cruzado, no estágio de recuperação do ciclo

9

Considere o texto sobre o agronegócio no Brasil.

Particularmente para o Brasil, as exportações do agronegócio são muito importantes para o saldo comercial da economia como um todo. No início dos anos 1990, o volume das exportações do agronegócio brasileiro era baixo, pois a maior parte da produção do setor atendia ao mercado interno. A partir desse período, porção crescente dos produtos da agropecuária passou a ser intensificada no Centro-Oeste, configurando, ao mesmo tempo, a interiorização do crescimento e o direcionamento ao comércio exterior. Políticas de ajuste macroeconômico, bem como o controle do processo inflacionário, influenciaram diretamente nesse processo, juntamente com os avanços tecnológicos e as políticas públicas direcionadas ao setor. O saldo do comércio internacional do agronegócio passou de US\$ 10 bilhões, em 1990, para US\$ 142 bilhões, em 2022, o equivalente a uma taxa anual de crescimento de 8,6%.

FERREIRA, Z.; VIEIRA FILHO, J. Competitividade internacional do agronegócio. *In*: VIEIRA FILHO, E.; GASQUES, J. (org.). **Agropecuária Brasileira: evolução, resiliência e oportunidades**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2023, p. 71. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à relevância da participação do agronegócio brasileiro no comércio internacional, registra-se o seguinte comportamento:

- (A) na década de 2020, o Brasil sustenta a liderança mundial das exportações de algodão.
- (B) na década de 2020, a República Popular da China é o maior comprador de produtos brasileiros.
- (C) na atualidade, Brasil e Argentina lideram conjuntamente as exportações de carne bovina para a Europa.
- (D) a partir de 2020, os produtos brasileiros assumem o protagonismo nas importações europeias.
- (E) atualmente, o Brasil ultrapassa os Estados Unidos e o Canadá na exportação de cereais, especialmente de milho.

10

Considere o texto referente à comunidade LGBT.

A Constituição Federal elenca em seu artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-para-conhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade,

- (A) a adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- (B) a homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- (C) o Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- (D) o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- (E) as presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.

11

Considere o texto sobre a desindustrialização no Brasil.

A indústria de transformação é o setor econômico capaz de afetar as estruturas da sociedade tipicamente capitalista, promovendo diversificação, progresso técnico e aumento das bases de arrecadação do Estado. Destarte, desde o início dos anos 2000, o debate sobre a desindustrialização no Brasil tem motivado discussões para a compreensão das relações entre as dinâmicas do investimento, produção e comércio exterior no país. Considerando aspectos históricos e estruturais, a desindustrialização brasileira pode ser compreendida como a desarticulação do sistema econômico nacional que foi erigido no período de industrialização por substituição de importações. Essa desarticulação tem enfraquecido as conexões comerciais e produtivas entre os distintos compartimentos industriais, que conectavam distintas porções territoriais do país, levando a um esgarçamento do tecido produtivo. O agravamento da desindustrialização tem incorrido em destruição do parque produtivo nacional, que se manifesta por meio da redução da produção, bem como da aceleração da reprimarização da pauta exportadora.

SAMPAIO, D. Desindustrialização e a política nacional de desenvolvimento regional no Brasil: breves notas. *In*: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n. 17, jul.-dez. 2017, p.30. Adaptado.

Nesse contexto, uma decorrência do processo de desindustrialização é caracterizada pela situação econômica de

- (A) fortalecimento da inserção comercial externa, com expansão progressiva de arrecadação da receita pública
- (B) redução do *gap* tecnológico, com eficácia de políticas econômicas regionais de ciência e tecnologia
- (C) desarticulação das cadeias produtivas, com substituição do produto final pelo importado
- (D) enfraquecimento do setor externo como motor do crescimento, com exportações baseadas em recursos naturais
- (E) reequilíbrio da demanda intrassetorial, com redução da capacidade de geração de emprego e renda

12

Considere o texto sobre desigualdade e gênero.

A perspectiva dos cursos de vida se concentra em explicar como alguns eventos da vida social, como formação e dissolução familiar (casamento, filhos, separação, recasamentos, viuvez), idade, aquisição de maiores níveis de escolaridade, podem afetar o uso do tempo em trabalho doméstico e cuidados não remunerados. Essa perspectiva inclui diferentes aspectos dos eventos que a compõem, como o tipo de casamento (se entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, se formal ou não), a duração de uniões conjugais, a idade e o número de filhos, entre outros. Tais eventos da vida familiar interagem com outros fatores, como a atividade econômica, o contexto social, político e econômico e as normas vigentes de gênero, que, em alguns casos, incluem comportamentos compensatórios para neutralização de desvios de gênero. Assim, além do curso de vida, outros fatores, tais como a disponibilidade de tempo, os recursos relativos — teoria da barganha —, além das normas e valores de gênero, condicionam as desigualdades entre homens e mulheres.

PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; COSTA, J.; BARBOSA, A. **Gênero é o que importa**: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 9. (Texto para Discussão, n. 2920). Adaptado.

No Brasil, considerando o mundo do trabalho doméstico em relação à variável de gênero, verifica-se que

- (A) o impacto das crianças na jornada reprodutiva das mulheres é maior do que na dos homens.
- (B) o cuidado com idosos aumenta igualmente a carga de trabalho reprodutivo de homens e mulheres.
- (C) a posição no curso de vida tem um efeito muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre os homens.
- (D) as mulheres responsáveis pela maior parte da renda do casal têm menor carga de trabalho doméstico.
- (E) as meninas e os meninos gastam tempo equivalente em trabalho doméstico não remunerado.

RASCUNHO



13

Considere o texto sobre a dinâmica demográfica brasileira.

A composição de uma população em seus elementos básicos, como sexo e idade, está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como mercado de trabalho e mercado consumidor. Nesse sentido, os padrões de produção e consumo relacionam-se à existência de um número maior ou menor de homens e de mulheres, assim como à preponderância relativa de crianças, jovens adultos ou idosos. Por outro lado, a transição demográfica é um processo social e, portanto, não se trata de uma simples combinação de variáveis demográficas. A dinâmica demográfica é marcada por processos inerciais, que demandam décadas entre o início e a identificação dos efeitos das mudanças na composição populacional. Assim, as características estruturais da população brasileira atual resultam de processos sociais e demográficos que ocorreram ao longo dos últimos cem anos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018, p. 7. (Texto para Discussão, n. 2415)

Nessa recente dinâmica demográfica do Brasil, verifica-se a seguinte situação:

- (A) há o aumento da população em termos absolutos, com igual proporção da taxa de crescimento.
- (B) está em curso a fase de finalização da transição demográfica, com declínio da fecundidade.
- (C) transcorre a finalização da transição demográfica, com a alta da natalidade associada à urbanização.
- (D) aproxima-se a finalização da transição demográfica, com aumento da mortalidade e ganho de expectativa de vida.
- (E) define-se o início da transição demográfica, com a queda da mortalidade devido à melhoria das condições de vida da população.

14

A Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia) é utilizada como medida direta da percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar. A Ebia classifica os domicílios em quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada ou Insegurança Alimentar Grave.

- Segurança alimentar: os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente;
- Insegurança alimentar leve: apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada;
- Insegurança alimentar moderada: apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos;
- Insegurança alimentar grave: são caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome.

BRASIL. Ministério da Saúde. Insegurança Alimentar e Nutricional. **Glossário Saúde Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 29 dez. 2023. Adaptado.

Considerando-se as informações acima, verifica-se que a(o)

- (A) pobreza e a vulnerabilidade social são fatores de risco para uma alimentação não saudável, de maneira que as formas sociais em que se organiza a produção dos alimentos e as condições econômicas nas quais se dá o acesso a eles não concorrem para o comprometimento da qualidade e para a redução da quantidade de alimentos em cada família.
- (B) segurança alimentar é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais, o que significa compreendê-la como um dos elementos articuladores das políticas públicas em diferentes campos de intervenção do Estado, como o agrícola, a saúde, a educação e o trabalho.
- (C) traumática experiência da Primeira Guerra Mundial na Europa tornou ainda mais evidente que a soberania política dependia da capacidade de cada país de garantir sua autossuficiência de produção de alimentos, de maneira que a mensuração da insegurança alimentar só é viável em momentos de crises agudas, como guerras, por exemplo.
- (D) direito à alimentação e à proteção contra fome, apesar de ser um direito justo, não figura entre os direitos humanos descritos no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o que impossibilita a formulação de políticas públicas específicas para o enfrentamento da insegurança alimentar.
- (E) conceito de segurança ou insegurança alimentar refere-se à garantia do direito de todos ao acesso a alimentos, sendo variáveis como quantidade e qualidade irrelevantes para a composição da Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia).

15

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim – assinada em 1995 pelos 189 países presentes na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, inclusive o Brasil – constituiu-se em um dos instrumentos internacionais mais relevantes no campo dos direitos das mulheres. Entre os doze temas prioritários de trabalho cobertos pelo documento, estão os “mecanismos institucionais para o avanço das mulheres”, cuja existência nas estruturas governamentais é entendida como necessária para que os compromissos setoriais da conferência sejam transversalmente endereçados.

TOKARSI, C. P. *et al.* De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. In: GOMIDE, A. de A.; SILVA, M. M. de Sá; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)** – Brasília, DF: Ipea; INCT/PPED, 2023, p. 323.

Entre as contribuições da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres está a(o)

- (A) expressão “violência contra a mulher”, que se refere a quaisquer atos de violência – física, sexual e psicológica – que tenham por base motivacional o gênero, isto é, casos em que as mulheres, protegidas pela legislação vigente, utilizem os poderes instituídos como instrumento de constrangimento e opressão aos homens.
- (B) ideia de empoderamento feminino, que reconhece que a mulher pode e deve delegar o controle sobre o seu próprio desenvolvimento ao outro, sendo função do representante do poder patriarcal (pai, marido ou, na ausência desses, o Estado) criar e defender as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.
- (C) noção de transversalidade, a qual busca assegurar que se considere, antes que decisões a respeito sejam tomadas, as suas consequências, respectivamente para a mulher e o homem, no processo de formulação, execução e avaliação de políticas nos mais diversos setores, de maneira que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as iniciativas governamentais nas esferas de atuação do Estado.
- (D) conceito de ideologia de gênero, a noção que sustenta que a dissolução da moral sexual convencional implica a desordem social, o fim da família, e representa uma ameaça às liberdades individuais, como a liberdade de crença e a liberdade de expressão.
- (E) princípio da inimizabilidade do pai ou marido no caso de violência doméstica contra a mulher, uma vez que se reconhece sua autoridade e liderança nas questões íntimas que dizem respeito exclusivamente à organização e à constituição familiar.

16

O Atlas da Violência é um documento que busca retratar a violência no Brasil principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ambos do Ministério da Saúde. Os dados referentes ao ano de 2021 e divulgados em 2023 mostram que

na contramão da diminuição de homicídios no país, em se tratando dos grupos sociais politicamente minoritários, o período recente foi marcado pelo recrudescimento da violência letal contra negros, indígenas e mulheres. [...] Entre 2012 e 2021, a taxa de homicídios de mulheres mortas dentro da residência cresceu 4,72%, ao passo que a taxa de mulheres vítimas de homicídio fora da residência teve queda de 31,1%. [...] Por fim, é importante salientar o recrudescimento recente da desigualdade na letalidade entre mulheres negras e não negras. A taxa de mortalidade por homicídio de mulheres negras foi de 4,3 por 100 mil mulheres negras, e a taxa entre não negras foi de 2,4 por 100 mil, ou seja, mulheres negras morrem 1,8 vezes mais do que as não negras por homicídio. Entre 2020 e 2021, enquanto a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu 0,5%, entre as mulheres não negras houve redução de 2,8%.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023, p. 4; 9-10. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Sumário Executivo. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12614/1/Livro_RI_Atlas_da_Violencia_2023_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 29 dez.2023. Adaptado.

A partir dos dados do texto, observa-se que a(o)

- (A) violência generalizada, no Brasil, é um problema endêmico, que vitimiza de forma equivalente vários setores da sociedade, de forma que homens e mulheres, negros e não negros, sistematicamente padecem de seus efeitos.
- (B) violência de gênero segue sendo um grande problema no país, ainda que os assassinatos de mulheres ocorridos em suas residências, isto é, perpetrados, em sua maioria, por companheiros ou familiares, tenha decrescido de forma significativa nos últimos anos.
- (C) democracia racial, isto é, o estado de plena igualdade entre as pessoas, independentemente de raça, cor ou etnia, fica evidenciada nos dados do texto, na medida em que não se vê um viés de raça no aumento da vitimização de pessoas no Brasil.
- (D) diminuição de homicídios no país teve efeitos nos grupos sociais politicamente minoritários, que se beneficiaram, no período recente, pela queda da violência letal contra negros, indígenas e mulheres.
- (E) risco aumentado de pessoas negras, se comparado a pessoas não negras, sofrerem violência, relaciona-se com o processo histórico brasileiro, que, marcado pelo colonialismo e a escravidão, concorreu para a deletéria naturalização da exclusão social, da discriminação e da subalternidade dos negros na sociedade em nosso país.

17

A democracia está intimamente relacionada à ideia de soberania popular e de autogoverno e, por conseguinte, de que todos participem da produção das leis que regerão a comunidade, diretamente ou através de seus representantes. A democracia, contudo, não se reduz ao princípio majoritário. Para que se tenha verdadeiramente uma democracia, não basta assegurar a prevalência da vontade de determinada maioria. É preciso assegurar, igualmente, que o conjunto mais amplo de pessoas possa participar do processo de formação de tal vontade majoritária. Nessa medida, o respeito a direitos fundamentais constitui uma pré-condição para a própria existência do processo democrático. Onde não há direitos políticos iguais para todos os cidadãos, livre circulação da informação ou liberdade de expressão, não haverá democracia, ainda que se respeite um processo de deliberação majoritária.

MELLO, P. Proteção à vulnerabilidade na jurisprudência do supremo tribunal federal: a defesa da população LGBTI+. **Revista da AGU**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 21, jan.-mar. 2020. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2631>. Acesso em: 27 dez. 2023. Adaptado.

Considerando-se a proteção dos direitos de grupos minoritários e vulneráveis, e em consonância com as ideias expostas acima, a relação entre democracia e vulnerabilidade

- (A) supõe a viabilização de políticas públicas de proteção a grupos vulneráveis, as quais devem desconsiderar como critérios válidos a identidade de gênero, etnia, raça ou cor, no momento de sua implantação.
- (B) reitera que a vulnerabilidade, em maior ou menor grau, é uma condição presente em todas as pessoas, sendo, portanto, falsa a premissa de que, em regimes democráticos, existam grupos de pessoas que ostentem uma condição de maior debilidade ou de menor capacidade de autodefesa diante de determinadas violências.
- (C) implica respeito e reconhecimento à existência de grupos vulneráveis, isto é, pessoas que, de modo geral, têm maior dificuldade de se fazer representar nas instâncias de decisão política.
- (D) baseia-se no conceito de minoria enquanto grupo numericamente inferior de pessoas que possuem uma identidade distinta daquela que é tida como a identidade dominante, de forma que os negros não se encaixariam naquilo que em geral se entende por minorias vulnerabilizadas.
- (E) reduz-se, de toda forma, ao princípio majoritário, isto é, para que se tenha verdadeiramente uma democracia, basta assegurar a prevalência da vontade de determinada maioria, de forma que a proteção de grupos minoritários esteja necessariamente a ela submetida.

18

As Américas Central e do Sul estão altamente expostas, vulneráveis e fortemente afetadas pelas alterações climáticas, uma situação amplificada pela desigualdade, pobreza, crescimento populacional e elevada densidade populacional, alterações no uso dos solos, especialmente desflorestamento com a consequente perda de biodiversidade, degradação do solo e alta dependência das economias nacionais e locais dos recursos naturais para a produção de *commodities*.

CASTELLANOS, E. J. *et al.* 2022: Central and South America. In: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas.

Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/outreach/IPCC_AR6_WGII_FactSheet_CentralSouthAmerica.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023. (tradução nossa). Adaptado.

No que diz respeito às implicações e às consequências socioeconômicas das mudanças climáticas no Brasil, para o caso de uma inobservância de políticas públicas ambientais urgentes e eficazes, alerta-se para os(as)

- (A) danos que ocorrerão à vida e à infraestrutura do país, causando impactos irreparáveis à habitação, já precária, de milhares de brasileiros, devido a inundações, deslizamentos de terra, aumento do nível do mar, tempestades, ondas e erosão costeira.
- (B) efeitos das alterações climáticas que serão setoriais e não sistêmicos, pois grande parte da economia brasileira não está associada ao uso dos recursos naturais, nem tem relação com o meio ambiente.
- (C) impactos socioeconômicos causados pela alteração do clima, ainda que sejam mínimos, pois o país em pouco ou nada contribui para a mudança climática, priorizando fontes de energia renováveis em detrimento do uso de combustíveis fósseis.
- (D) prejuízos provocados pelo desmatamento florestal, devendo-se incentivar práticas não sustentáveis de produção agrícola e industrial para diminuir os efeitos mais drásticos das alterações climáticas, em especial nas populações mais vulnerabilizadas.
- (E) mudanças de comportamentos individuais, adotadas por meio do manejo singular de recursos materiais e simbólicos de forma voluntária e resolutiva, de modo a torná-los suficientes para dirimirem os efeitos da mudança climática, independentemente das políticas públicas dirigidas pelo Estado.

19

Um analista de planejamento coletou dados sobre o percentual de recursos aplicados pelo governo federal na educação, considerando as regiões do Brasil e os níveis de ensino (Básico e Superior). O analista tem interesse de saber se as regiões do Brasil aplicam os mesmos percentuais de recursos nesses níveis de educação.

Que teste deve usar o analista para atingir o seu propósito?

- (A) Independência
- (B) Aderência
- (C) Homogeneidade
- (D) t de Student com n-1 graus de liberdade
- (E) Kolmogorov-Sminov

20

Usando a base de dados de indivíduos pertencentes ao Sistema de Saúde, um pesquisador desenvolveu um modelo logístico para prever a chance de um indivíduo ter ou não ter uma determinada doença em função do tempo de prática de esporte. O modelo ajustado pelo pesquisador apresentou o seguinte resultado:

$$\widehat{\text{logit}}(X) = -1,65 - 0,45X$$

Considerando-se que $\exp(-0,45) \approx 0,65$, com base no resultado obtido, a que conclusão chegou o pesquisador?

- (A) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença aumenta 45%.
- (B) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença diminui 45%.
- (C) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença aumenta 35%.
- (D) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença diminui 35%.
- (E) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença diminui 65%.

21

Um instituto deseja realizar uma pesquisa qualitativa para avaliar a importância de habilidades sociais de jovens no mercado de trabalho. A pesquisa conta com perguntas abertas obtidas por meio de entrevistas com empregadores e empregados de empresas de vários setores do comércio. O pesquisador deseja, também, fazer uma análise detalhada dos dados coletados, de forma a permitir a descoberta de temas relacionados ao foco da pesquisa.

Assim, para atingir o objetivo proposto, o método a ser usado nessa pesquisa deverá ser o método de codificação

- (A) aberta
- (B) axial
- (C) seletiva
- (D) temática
- (E) por incidência

22

Deseja-se realizar uma pesquisa para entender a diferença dos hábitos de estudo de crianças na faixa etária de 7 a 10 anos entre as diversas camadas sociais. Para esse fim, foi proposta uma pesquisa por domicílios com amostragem sem reposição.

Sendo assim, o tipo de amostra mais adequado para a realização dessa pesquisa é o de amostra por

- (A) contraste
- (B) homogeneização
- (C) meio
- (D) ator
- (E) busca de casos negativos

23

Para analisar como os refugiados são tratados ao chegar a outro país, um pesquisador resolveu entrevistar um grupo de refugiados provenientes de diversos países. Nessa entrevista, ele utilizou um questionário com perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado poderia falar livremente sobre o tema proposto.

Dentro desse contexto, que tipo de entrevista foi usado pelo pesquisador?

- (A) Estruturada
- (B) Semiestruturada
- (C) Aberta
- (D) Focalizada
- (E) Por incidência

24

Sobre as diferenças entre a teoria da Análise de Discurso (AD) e a Análise de Conteúdo (AC), verifica-se que a AD

- (A) poderá ser tanto quantitativa quanto qualitativa, enquanto a AC será somente qualitativa.
- (B) trabalha com o sentido e não com o conteúdo, já a AC trabalha com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto.
- (C) usa os textos produzidos em pesquisa, através das transcrições de entrevista e dos protocolos de observação, e a AC usa material já existente, como documentos, legislação, pronunciamentos em jornal, livros e outros.
- (D) usa a linguagem transparente, enquanto na AC a linguagem não é transparente.
- (E) usa apenas dados científicos, enquanto a AC utiliza quaisquer dados.

RASCUNHO



25

Um pesquisador está interessado em estudar se determinada política pública resultou ou não no aumento da renda de determinada população. O pesquisador estima um intervalo com 95% de confiança para a diferença na renda familiar média do estado antes (μ_{antes}) e depois (μ_{depois}), obtendo, em milhares de reais por mês,

$$-2 \leq \mu_{\text{depois}} - \mu_{\text{antes}} \leq 3$$

Nessa situação, o pesquisador deverá concluir que

- (A) o efeito da política pública foi heterogêneo, aumentando a renda mensal de algumas famílias em até 3 mil reais, mas reduzindo a de outras em até 2 mil reais.
- (B) houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda não tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo I.
- (C) houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda não tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo II.
- (D) não houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo I.
- (E) não houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo II.

26

Em um artigo intitulado “Há Fundamentalidade nos modelos de VAR fiscal típicos para o Brasil?”, do Ipea, os autores discutem como uma classe de modelos muito utilizada em pesquisa empírica macroeconômica pode, em alguns casos, apresentar vieses em seus estimadores.

Diz-se que um estimador é viesado quando seu valor esperado difere do valor do parâmetro populacional, sendo estimado. A respeito das formas de se corrigir um estimador viesado, considere as afirmações abaixo.

- I - É possível reduzir o viés de um estimador aumentando-se o tamanho da amostra.
- II - Se U é um estimador de um parâmetro populacional θ com valor esperado $E(U) = k\theta$, então $V = U/k$ é um estimador não viesado de θ .
- III - Se U é um estimador de um parâmetro populacional θ com viés ω , então $W = U - \omega$ é um estimador não viesado de θ , sendo que W será consistente se, e somente se, U for consistente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) I e II, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

27

Um instituto de pesquisa está planejando uma pesquisa em que uma das perguntas diz respeito à escolaridade do entrevistado. A pergunta admite os valores 1, 2, 3, 4 e 5, abrangendo desde ensino fundamental incompleto (1) até ensino superior completo (5).

Essa é uma variável

- (A) discreta
- (B) contínua
- (C) ordinal
- (D) nominal
- (E) natural

28

Um pesquisador suspeita que o grau de apoio à política econômica do governo seja homogêneo entre os estados do Sudeste. Para testar essa hipótese, o pesquisador coleta uma amostra de 100 eleitores de cada um dos quatro estados dessa macrorregião e registra quantos apoiam, quantos são neutros e quantos se opõem à política econômica do governo.

Como próximo passo, o pesquisador deve realizar um teste de independência qui-quadrado com

- (A) 6 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja inferior ao nível de significância.
- (B) 6 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja superior ao nível de significância.
- (C) 12 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja inferior ao nível de significância.
- (D) 12 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja superior ao nível de significância.
- (E) 99 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja inferior ao nível de significância.

29

O Plano Plurianual — PPA — é o principal instrumento de planejamento estratégico do governo federal, orientando as escolhas do governo que se traduzem em programas e definindo o orçamento para quatro anos. Para medir a efetividade dos programas em atingir seus objetivos e metas, são definidos indicadores que servem para aprimorar a tomada de decisão por parte de formuladores de políticas públicas.

Um indicador ambiental presente no PPA de 2024-2027 busca quantificar as emissões de gases de efeito estufa, que são gases que

- (A) refletem a radiação solar de volta para o espaço.
- (B) promovem a conversão de energia solar em calor nos oceanos.
- (C) afetam diretamente o ozônio na estratosfera, reduzindo sua camada protetora.
- (D) absorvem e emitem energia radiante dentro da faixa do infravermelho térmica.
- (E) são exclusivamente produzidos por atividades industriais, sem influência de processos naturais.

30

Em um cenário onde foi detectado desmatamento ilegal em uma Área de Proteção Ambiental de importância ecológica, identificou-se uma ação contrária à legislação ambiental vigente.

Diante disso, de acordo com a legislação federal que rege as infrações ambientais em áreas de preservação, o órgão governamental federal responsável por aplicar penalidades, como multas, e fiscalizar tais violações dentro do território dessa Área de Proteção Ambiental é o(a)

- (A) Ministério do Meio Ambiente
- (B) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- (C) Conselho Nacional de Meio Ambiente
- (D) Secretaria Estadual de Meio Ambiente
- (E) Polícia Federal Ambiental

31

Um proprietário de imóvel rural contratou a perfuração de um poço artesiano para utilização em sua propriedade. Ao perceber a necessidade de legalização da obra, visto que o poço apresentou capacidade de extração de água superior a 20 m³ por dia, o proprietário busca regularizar o poço.

O procedimento inicial para legalizar essa perfuração de poço artesiano, considerando-se a legislação vigente é

- (A) responsabilizar a empresa contratada para a obra pelo registro do poço.
- (B) comprovar o pagamento de taxas municipais.
- (C) obter uma outorga de direito de uso da água perante o órgão responsável da região.
- (D) registrar o poço na prefeitura da cidade onde está localizado.
- (E) comprovar perante o órgão regulador o atendimento de vazão mínima específica.

32

Um produtor rural, por não estar informado, deixou de realizar para seu imóvel rural o Cadastro Ambiental Rural, CAR, dentro do prazo determinado para isso, no qual deveria ter informado haver uma área geográfica do imóvel com cobertura remanescente de vegetação nativa que seria mantida a título de Reserva Legal.

Nesse caso, são penalidades impostas ao proprietário, **EXCETO**

- (A) restrição ao crédito agrícola com taxas de juros menores e limites e prazos maiores que os praticados no mercado.
- (B) restrição à contratação de seguro agrícola em condições melhores do que as praticadas no mercado.
- (C) não dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR.
- (D) pagamento de impostos para os insumos e os equipamentos, tais como: fios de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água e trado de perfuração de solo.
- (E) multa por infração administrativa.

33

A visitação pública dentro de uma Unidade de Conservação — UC — está sujeita a regulamentações específicas e a diretrizes estabelecidas, de modo a garantir a preservação ambiental.

Essas normas são formalizadas em um documento técnico fundamental para a gestão desses espaços, denominado

- (A) Plano de manejo
- (B) Plano de visitação
- (C) Plano de atividades
- (D) Mapa de zoneamento
- (E) Corredores turísticos

34

Uma política pública para a agricultura familiar com muita relevância teve início em 1995, fornecendo o financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários, possibilitando o empreendedorismo por meio do processamento e da agroindustrialização dos alimentos produzidos, bem como atendendo às exigências mercadológicas e de adoção de práticas conservacionistas para uma produção ambiental, econômica e socialmente sustentável.

Essa política pública diz respeito ao

- (A) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- (B) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- (C) Programa Comunidade Solidária
- (D) Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
- (E) Programa Nacional de Alimentação Escolar

35

De acordo com a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca — Lei nº 13.153/2015 —, zonas afetadas por desertificação são todas as áreas situadas em zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, nas quais a razão entre a precipitação anual e evapotranspiração potencial anual está compreendida entre 0,05 e 0,65, considerando-se uma série histórica de

- (A) 30 anos
- (B) 35 anos
- (C) 40 anos
- (D) 45 anos
- (E) 50 anos

RASCUNHO



36

O instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou para outra destinação final ambientalmente adequada, é denominado

- (A) responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos
- (B) ciclo de vida do produto
- (C) logística reversa
- (D) reutilização
- (E) reciclagem

37

Um agricultor familiar deseja comercializar seus produtos para supermercados como produtos orgânicos e deseja realizar sua regularização.

Nesse caso, o agricultor familiar deve fazer uso do seguinte sistema de regularização de produtos orgânicos:

- (A) Super Orgânico
- (B) Garantia do Orgânico
- (C) Certificação por Auditoria
- (D) Sistema Participativo de Garantia
- (E) Controle Social na Venda Direta

38

O Seguro Defeso é um benefício pago no Brasil pelo Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS — durante um período específico do ano.

O Seguro Defeso é um(a)

- (A) desconto tributário oferecido às empresas que utilizam equipamentos de pesca modernos e sustentáveis.
- (B) subsídio de combustível fornecido aos agricultores para incentivar o transporte de produtos pesqueiros.
- (C) programa de seguro-saúde para trabalhadores rurais e pescadores artesanais.
- (D) compensação financeira concedida aos pescadores artesanais durante o período em que a pesca é proibida, para garantir a sua subsistência e de suas famílias.
- (E) assistência governamental fornecida aos pescadores artesanais durante a temporada de pesca.

39

A perspectiva de internalizar o custo ambiental, convertendo a externalidade negativa em um custo privado, tem como objetivo primordial evitar a socialização dos prejuízos e a privatização dos lucros.

Esse propósito está associado ao princípio da(o)

- (A) prevenção
- (B) precaução
- (C) cooperação
- (D) função social da propriedade
- (E) poluidor-pagador

40

Nos municípios de Novo Repartimento, São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte e Tucumã, os produtores rurais, os agricultores familiares e os assentados, assim como comunidades tradicionais e povos indígenas, podem ser remunerados em até R\$ 1.400,00, por hectare, pela conservação de vegetação nativa ou da restauração de áreas e florestas degradadas, com vistas à melhoria da qualidade da água, da remoção de carbono, ou, ainda, da conservação da biodiversidade que garante benefícios para a produção agrícola, através da polinização, por exemplo.

Nesse caso, firma-se um contrato entre o poder público e o setor privado, denominado contrato de

- (A) Proteção Ambiental
- (B) Proteção Florestal
- (C) Pagamento de Serviços Ambientais
- (D) Conservação Nativa
- (E) Conservação da Biodiversidade

41

Os métodos de valoração da biodiversidade constituem um conjunto diversificado de abordagens e técnicas empregadas para atribuir valor aos recursos naturais e à variedade de vida na Terra. Esses métodos são essenciais na compreensão do impacto econômico e social dos ecossistemas, ajudando a quantificar e compreender a importância intrínseca e utilitária da biodiversidade.

São métodos classificados como métodos baseados no mercado de bens substitutos: o(s)

- (A) método de valoração contingente e o método de função efeito
- (B) método de valoração de fluxos de matéria e energia e o método do custo irreversível
- (C) método de custo de controle e o método de custo evitado
- (D) método de produção sacrificada e o método de preço hedônico
- (E) métodos de preferência declarada e os métodos multicritérios

42

Dentre os métodos de valoração da biodiversidade, aquele que busca determinar um valor implícito, usando os atributos ambientais associados aos bens transacionados no mercado, ao observar esses mercados reais nos quais os bens são negociados, é o método

- (A) de valoração do balanço dos fluxos de matéria e energia
- (B) de função efeito
- (C) de valoração contingente
- (D) de preço hedônico
- (E) do custo de viagem

43

A economia ambiental e a economia ecológica são campos de estudo que analisam as interações entre atividades humanas, economia e meio ambiente. Ambos os campos procuram encontrar soluções para os desafios ambientais contemporâneos, oferecendo perspectivas e ferramentas valiosas para a gestão sustentável dos recursos naturais.

A Economia Ecológica difere da abordagem da Economia Ambiental, visto que a Economia Ecológica

- (A) preza pelo mercado livre como solução para a gestão ambiental, enquanto a Economia Ambiental se apoia na privatização dos recursos ambientais.
- (B) contesta os princípios da economia tradicional e propõe um método alternativo baseado na termodinâmica, enquanto a Economia Ambiental considera os limites físicos e energéticos do planeta, questionando as premissas do crescimento econômico contínuo.
- (C) propõe uma abordagem de valoração dos recursos baseada na organização dos ecossistemas e no custo energético, enquanto a Economia Ambiental busca a eficiência econômica através do mercado livre.
- (D) propõe a aplicação de instrumentos econômicos, como taxas e subsídios, para conservação e uso sustentável dos recursos naturais, enquanto a Economia Ambiental considera os recursos naturais como parte de sistemas interligados, enfatizando a necessidade de compreender as relações entre humanos e ecossistemas.
- (E) baseia-se na ideia de controle estatal dos recursos naturais, enquanto a Economia Ambiental preconiza a minimização do papel do governo na gestão ambiental.

44

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) estabeleceu compromissos e responsabilidades para todas as nações participantes, conhecidas como Partes da Convenção. Embasados no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, foram delineados compromissos específicos para as nações desenvolvidas, reconhecendo a necessidade de abordagens distintas, de acordo com a capacidade e a responsabilidade histórica de cada país diante das questões climáticas globais.

O objetivo principal da UNFCCC é

- (A) reduzir as emissões de gases de efeito estufa para níveis mínimos aceitáveis.
- (B) impedir o desenvolvimento econômico para preservar os ecossistemas.
- (C) garantir a produção contínua de alimentos, independentemente das condições climáticas.
- (D) estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, para prevenir uma interferência perigosa no sistema climático global.
- (E) desenvolver estratégias para a preservação da biodiversidade marinha.

45

As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios.

BRASIL. Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980. [...] **Diário Oficial da União**. Seção 1. Brasília, DF. p. 16470. 20 ago. 1980. Adaptado.

Com base no texto acima, o acordo internacional que reflete a união entre países para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental na região amazônica é o(a)

- (A) Tratado de Cooperação Amazônica
- (B) Fundo Amazônia
- (C) Acordo de Paris
- (D) Cúpula da Amazônia
- (E) Amazônia Legal

46

No âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), considerando o Eixo 4 - Prevenção e Recuperação de Danos Ambientais, qual ação está em conformidade com as diretrizes estabelecidas para promover a sustentabilidade e proteção ambiental nas terras indígenas?

- (A) Promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas.
- (B) Apoiar estudos de impacto socioambiental de atividades econômicas e produtivas não tradicionais de iniciativa das comunidades indígenas.
- (C) Apoiar a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis.
- (D) Capacitar, equipar e conscientizar os povos indígenas para a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais.
- (E) Identificar as espécies nativas de importância socio-cultural em terras indígenas e priorizar seu uso em sistemas agroflorestais.

RASCUNHO



47

Os modelos econômicos representam estruturas conceituais que descrevem como uma economia funciona e como os recursos são alocados e distribuídos. Nesse contexto, a Economia Circular emergiu como um modelo alternativo fundamental.

Na Economia Circular,

- (A) o objetivo principal é buscar acoplar o crescimento econômico ao consumo de recursos, focando principalmente no aumento da produção.
- (B) a ênfase é no uso intensivo de recursos e materiais em todos os níveis de implementação.
- (C) os modelos de negócios circulares e baseados em serviços têm impacto na eficiência do uso de materiais, maximizando o uso de recursos.
- (D) os modelos de negócios orientados a produtos, amplamente adotados na Economia Circular, incentivam o prolongamento da vida útil dos produtos.
- (E) os modelos de negócios circulares aumentam a venda de produtos para maximizar os lucros das empresas, reduzindo os desperdícios.

48

A bioeconomia representa o uso sustentável de recursos biológicos para produzir bens e serviços. Ela estimula a inovação e o desenvolvimento de tecnologias que exploram a diversidade biológica para atender às necessidades humanas de forma eficiente e responsável.

Exemplifica-se como aplicação do conceito de bioeconomia a(o)

- (A) utilização de gás natural para cogerar eletricidade e calor.
- (B) utilização de carvão mineral para produção de energia.
- (C) produção de energia nuclear para suprir demandas de eletricidade.
- (D) geração de energia a partir de hidrogênio termoquímico solar.
- (E) uso de xisto betuminoso para produção de combustível.

49

As mudanças climáticas representam um desafio global, exigindo a transição para uma economia com menor emissão de carbono. Sendo assim, iniciativas como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) têm ganhado destaque.

Um dos possíveis benefícios do mecanismo de REDD é

- (A) aumentar a intensidade das emissões de CO₂, devido à redução da atividade agrícola.
- (B) gerar renda por meio do desmatamento reduzido em áreas rurais.
- (C) possibilitar o pagamento aos proprietários de terra para preservação de florestas, equivalente aos ganhos que eles teriam com atividades desmatadoras.
- (D) restringir o comércio internacional de produtos agrícolas.
- (E) criar um mercado para transações de títulos representativos de emissões geradas e certificadas.

50

As mudanças climáticas têm impulsionado a busca por estratégias de redução de emissões de carbono, com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) destacando-se como um dos enfoques centrais.

O MDL

- (A) é um tratado internacional que exige a redução obrigatória das emissões de carbono em todos os países.
- (B) é um acordo que visa aumentar as emissões de gases do efeito estufa para atender às demandas econômicas dos países em desenvolvimento.
- (C) foi estabelecido para facilitar a redução das emissões de gases de efeito estufa em países em desenvolvimento, por meio de projetos específicos.
- (D) tem os projetos restritos apenas a nações industrializadas que devem financiar iniciativas de redução de emissões em países em desenvolvimento.
- (E) tem o financiamento e a execução de seus projetos em todo o mundo exclusivamente gerenciados pelas Nações Unidas.

51

Os acordos internacionais são importantes instrumentos em resposta aos diferentes desafios que transcendem as fronteiras nacionais.

Nesse contexto, o Acordo de Escazú se destaca como um marco relevante na América Latina e no Caribe, tendo como um de seus objetivos

- (A) regulamentar as relações comerciais e ambientais entre países latino-americanos e do Caribe.
- (B) estabelecer tratados de cooperação militar e de direitos humanos na América Latina e no Caribe.
- (C) promover a segurança nacional e a defesa dos recursos naturais da América Latina e do Caribe.
- (D) fornecer diretrizes para a criação de políticas econômicas, ambientais e de direitos humanos para países latino-americanos e do Caribe.
- (E) aumentar a participação pública na tomada de decisões sobre o meio ambiente nos países latino-americanos e do Caribe.

52

A crescente concentração de gases de efeito estufa na atmosfera impulsiona a necessidade de soluções inovadoras para mitigar os impactos ambientais.

De acordo com a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o processo, a atividade ou o mecanismo que remove da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa é denominado

- (A) fonte
- (B) calagem
- (C) desbaste
- (D) sumidouro
- (E) fixação biológica de nitrogênio

53

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado estabelecido durante a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Esse tratado, um dos mais significativos no âmbito ambiental internacional, entrou em vigor em dezembro de 1993. No Brasil, o texto foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 1994, e ratificado pelo Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998.

Um dos objetivos centrais da Convenção sobre Diversidade Biológica é

- (A) definir metas para 2030, visando à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, bem como à distribuição justa e equitativa dos benefícios do uso dos recursos genéticos.
- (B) fortalecer a cooperação internacional para reduzir a desertificação global.
- (C) promover a mitigação dos efeitos da seca e da desertificação em áreas vulneráveis.
- (D) implementar estratégias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes de atividades humanas.
- (E) aumentar a produção de alimentos e recursos naturais em áreas de alta biodiversidade.

54

A Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993, representa um marco jurídico fundamental no contexto das relações hídras transfronteiriças.

De acordo com a mencionada lei,

- (A) na zona econômica exclusiva, no espaço aéreo sobrejacente, bem como no seu leito e subsolo, o Brasil tem soberania irrestrita para todas as finalidades.
- (B) na zona contígua, o Brasil poderá tomar as medidas de fiscalização necessárias para reprimir as infrações às leis e aos regulamentos, no seu território ou no seu mar territorial.
- (C) na plataforma continental, o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos.
- (D) a zona econômica exclusiva é o espaço único com a finalidade de investigação científica marinha, em que se reconhece ao Governo brasileiro o direito exclusivo de autorizar e regulamentar as perfurações.
- (E) o mar territorial é o espaço único em que se reconhece a todos os Estados o direito de colocar cabos e dutos.

55

O Acordo de Paris é um pacto global estabelecido em dezembro de 2015, durante a 21ª Conferência das Partes (COP21).

A principal meta estabelecida pelos países signatários do Acordo de Paris, em relação ao aumento da temperatura média mundial, é

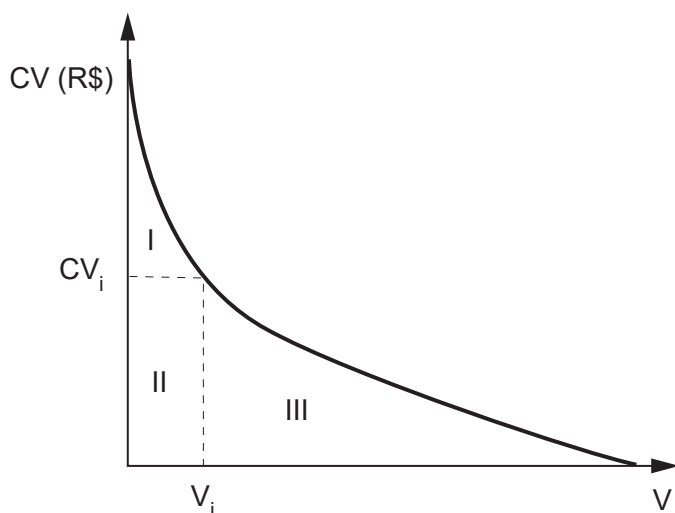
- (A) estabelecer a meta de um aumento de 4°C na temperatura média mundial, como forma de adaptação às mudanças climáticas.
- (B) limitar o aumento da temperatura média mundial a 2°C, em relação aos níveis pré-industriais.
- (C) reduzir a temperatura média mundial em pelo menos 3°C, para minimizar os impactos climáticos.
- (D) manter o aumento da temperatura média mundial abaixo de 5°C, em relação aos níveis pré-industriais.
- (E) manter a temperatura média mundial igual à atual, para garantir a estabilidade climática.

RASCUNHO



56

O método de custo de viagem (MCV) estima o valor para um lugar de recreação específico, por meio da análise dos gastos incorridos por seus visitantes (incluindo taxa de visitação e custos de transporte dos diferentes perfis de visitante). As estimativas econômicas do MCV costumam referir-se apenas a valores de uso direto dos serviços prestados pelo patrimônio natural, já que somente as disposições a pagar dos visitantes são consideradas. O gráfico a seguir apresenta a função demanda pelo bem ou serviço de um Parque Nacional hipotético. Nesse caso do MCV, o gráfico relaciona a variável dependente número de visitas individuais no ano (para uma taxa de visitação) à variável independente custo de viagem ao patrimônio natural (CV).



O benefício econômico líquido proporcionado pelo patrimônio natural à população é obtido pelo MCV, a partir da teoria econômica do excedente do consumidor. O MCV dá uma medida do bem-estar da população, a partir da diferença entre a disposição a pagar da população por um bem ou serviço e seu custo efetivo de apropriação.

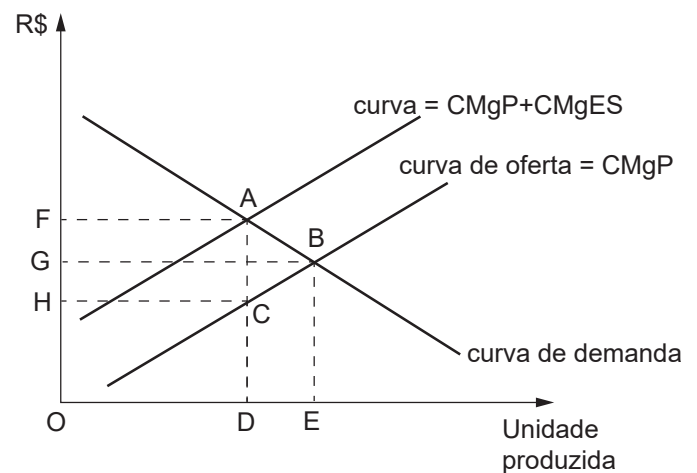
Considere uma situação em que os gastos de viagem efetivamente praticados por um número de visitas anuais v_i sejam iguais a cv_i .

Desse modo, no gráfico, o excedente do consumidor é dado pela

- (A) área abaixo da curva e à esquerda do número de visitas anuais (v_i) – Áreas I e II.
- (B) área abaixo da curva e à direita do número de visitas anuais (v_i) – Área III.
- (C) área abaixo da curva e abaixo dos gastos de viagem efetivamente praticados (cv_i) – Áreas II e III.
- (D) área abaixo da curva e acima dos gastos de viagem efetivamente praticados (cv_i) – Área I.
- (E) área abaixo da curva – Áreas I, II e III.

57

Segundo a teoria econômica relacionada ao tema da poluição, desenvolvida no início do século XX, o dano causado pela poluição é um custo social, uma externalidade negativa, resultante do fato de um agente econômico (geralmente privado), pela sua atividade, gerar um custo pelo qual outro agente (normalmente o restante da sociedade) tem que pagar. Considere o caso de uma fábrica que, por meio da fumaça emitida pela sua chaminé, contendo material particulado e dióxido de enxofre, gera custos adicionais aos moradores do entorno e a outros atores da sociedade que têm relação com eles (gastos com doenças, custos com afastamentos do trabalho, etc). O gráfico a seguir mostra a curva de demanda por um produto fabricado, uma curva de oferta, considerando apenas o custo marginal de produção da empresa que fabrica o produto (CMgP), e uma outra curva, considerando também o acréscimo de custo marginal externo gerado para os moradores do entorno e outros atores da sociedade que têm relação com eles (CMgP + CMgES). Se não há nenhuma intervenção do gestor público no mercado, a curva de oferta CMgP seria a praticada e o ponto B representaria o Ótimo de Pareto para definição do preço do produto. Nesse gráfico, o eixo das ordenadas apresenta unidade monetária, e o eixo das abscissas apresenta unidade de produção.



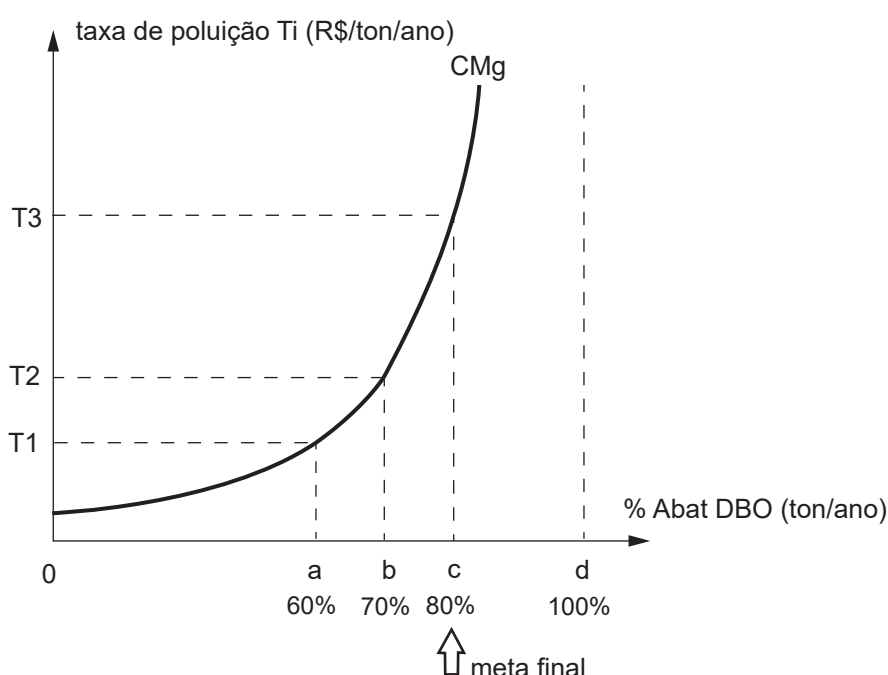
Assuma a hipótese de que todos os demais mercados estão devidamente ajustados.

Considerando o Ótimo de Pareto, para que os custos marginais gerados para os moradores do entorno, e outros atores da sociedade que têm relação com eles, sejam internalizados, o gestor público deve aplicar uma taxa de poluição por unidade produzida, além do novo preço de produção, correspondente ao seguinte segmento de reta:

- (A) FH
- (B) FG
- (C) OH
- (D) OG
- (E) OF

58

A Economia Comportamental estuda os efeitos de fatores econômicos, psicológicos, sociais e emocionais nas decisões de indivíduos e instituições, além das consequências para os preços de mercado, os retornos, a alocação de recursos e os impactos para o meio ambiente. Uma política ambiental de internalização de custos marginais externos, pela análise custo-efetividade de combate à poluição, pode ser implantada pelo uso de taxas através do emprego do princípio poluidor pagador. O gráfico a seguir trata da taxa para controle da poluição hídrica por $\text{DBO}_{5,20}$ em uma bacia hidrográfica e apresenta, como eixo das ordenadas, a taxa de poluição (T_i) em reais por tonelada por ano; e, como eixo das abscissas, o percentual de abatimento de $\text{DBO}_{5,20}$ no momento atual, para atender metas parciais em 3 e 6 anos e para atender a meta final definida pela legislação para o prazo final de 9 anos. Observe-se que o segmento $0d$ (100%) representa, em termos percentuais, o total de lançamento de DBO , no momento atual, que, para atender a meta final, é necessário abater anualmente o percentual $0c$ (80%) e que, para atender as metas parciais de 3 e 6 anos, é necessário respectivamente abater anualmente os percentuais $0a$ (60%) e $0b$ (70%). A curva de custo marginal relaciona os valores de taxa de poluição $0T_1$, $0T_2$ e $0T_3$ a esses percentuais de abatimento.



Os dados do gráfico, a análise comportamental e a análise custo-efetividade admitem apreender o seguinte:

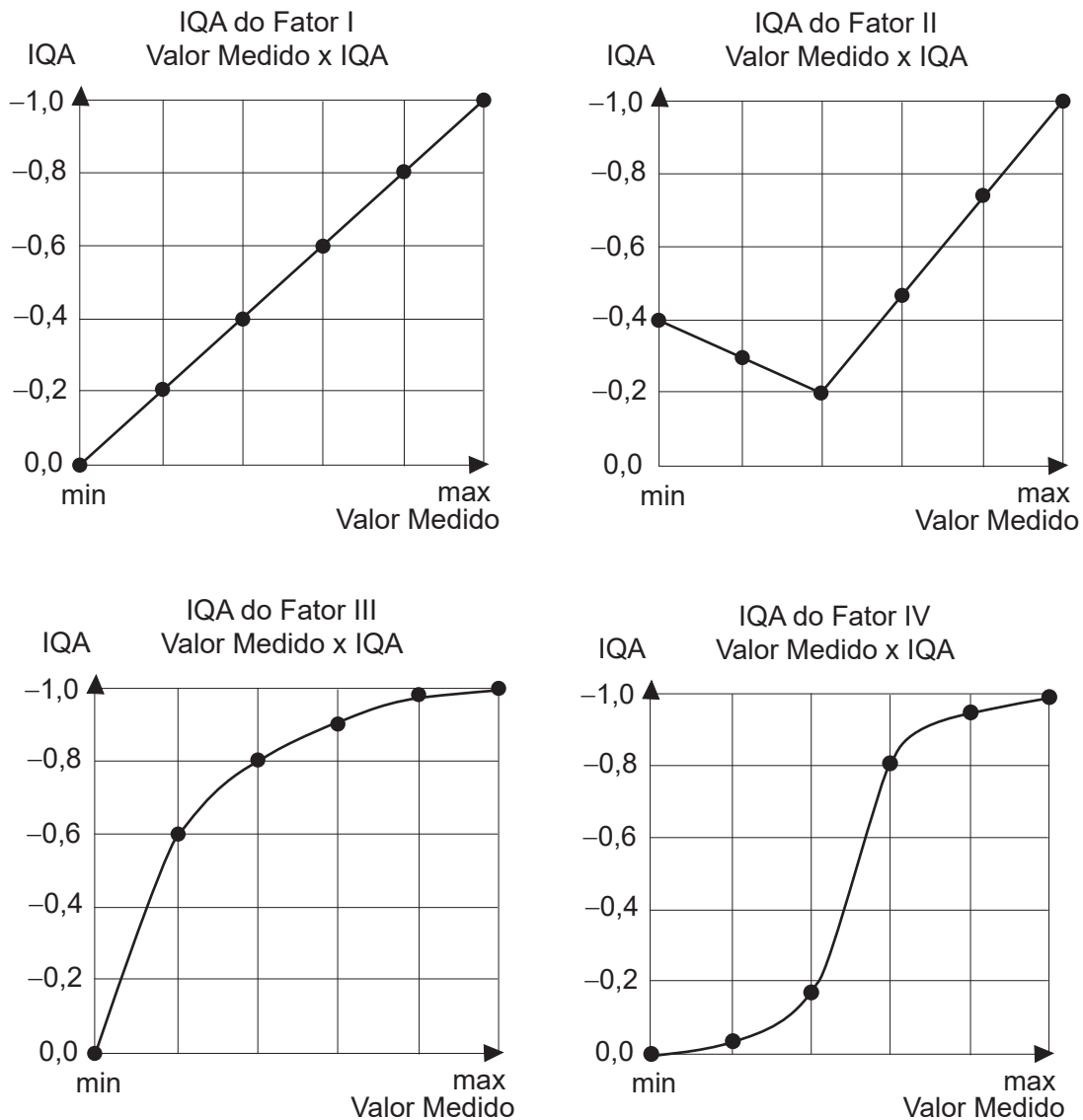
- (A) a taxa de poluição $0T_2$ (em R\$/ton/ano) permite o percentual de abatimento $0c$ atendendo à meta final de 9 anos.
- (B) a taxa de poluição $0T_1$ (em R\$/ton/ano) permite o percentual de abatimento $0b$ atendendo à meta parcial de 6 anos.
- (C) com 4 anos, todos aqueles agentes poluidores cujo custo de abatimento de poluição é inferior à taxa de poluição $0T_1$ (trecho $0a$ da curva CMg) optarão por pagar o preço $0T_1$ e por continuar despejando seu efluente.
- (D) com 4 anos, todos aqueles agentes poluidores cujo custo de abatimento de poluição é superior à taxa de poluição $0T_1$ (trecho ad da curva CMg) preferirão abater poluição em vez de despejar e, portanto, de pagar a tarifa.
- (E) com 7 anos, já estará sendo adotada uma tarifa mais alta ($0T_2$) e os agentes poluidores do trecho ab , que antes de 6 anos pagavam a taxa de poluição, preferirão abatê-la tratando efluentes.

RASCUNHO



59

Existem várias metodologias multicritério de avaliação de impactos ambientais, metodologias *Ad hoc*, listagens de controle, redes de interação, mapas de superposição e modelos de simulação, entre outros. Um método de listagem de controle escalar ponderada, muito utilizado em Estudos de Impacto Ambiental, é o de Batelle Columbus. Nesse método, o impacto é avaliado pela diferença do valor para o meio ambiente (VMA) entre o cenário com e o cenário sem o projeto. O VMA é calculado pelo somatório dos produtos do Índice de Qualidade Ambiental (IQA) do efeito de cada fator ambiental, multiplicado pelo peso correspondente do fator, sendo que o IQA é determinado graficamente a partir dos valores mínimo, máximo e medido do fator ambiental. Considere, a seguir, as curvas com o efeito negativo de IQA de quatro fatores ambientais que afetam o meio onde será instalada uma alternativa de projeto.



Os pesos dos quatro fatores ambientais I, II, III e IV são, respectivamente, 2, 4, 3 e 5. No caso da alternativa de projeto, o fator ambiental I apresenta um efeito negativo, medido no ambiente de $240 \mu\text{g}/\text{m}^3$, em uma escala de 0 a $300 \mu\text{g}/\text{m}^3$; o fator ambiental II apresenta um efeito negativo, medido no ambiente de 4 ppm, em uma escala de 0 a 10 ppm; o fator ambiental III apresenta um efeito negativo, medido no ambiente de 1 UN, em uma escala de 0 a 5 UN; e o fator ambiental IV apresenta um efeito negativo, medido no ambiente de $240 \mu\text{g}/\text{m}^3$, em uma escala de 0 a $480 \mu\text{g}/\text{m}^3$.

Supondo que não haja sinergia e que somente esses quatro fatores ambientais contribuam para o efeito total, qual é o VMA da alternativa de projeto?

- (A) -2,1 (B) -6,7 (C) -10,2 (D) -16,5 (E) -20,4

60

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. [...]. **Diário**

Oficial da União, Brasília. DF. p. 316. 8 fev. 2007. Adaptado.

No Brasil, são designados uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, que representam uma rica heterogeneidade cultural e uma importante contribuição para a preservação da biodiversidade e dos modos de vida sustentáveis.

Nesse contexto, as comunidades tradicionais costeiras que vivem em áreas litorâneas, que apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato são reconhecidas como

- (A) indígenas
- (B) caiçaras
- (C) jangadeiros
- (D) ribeirinhos
- (E) extrativistas

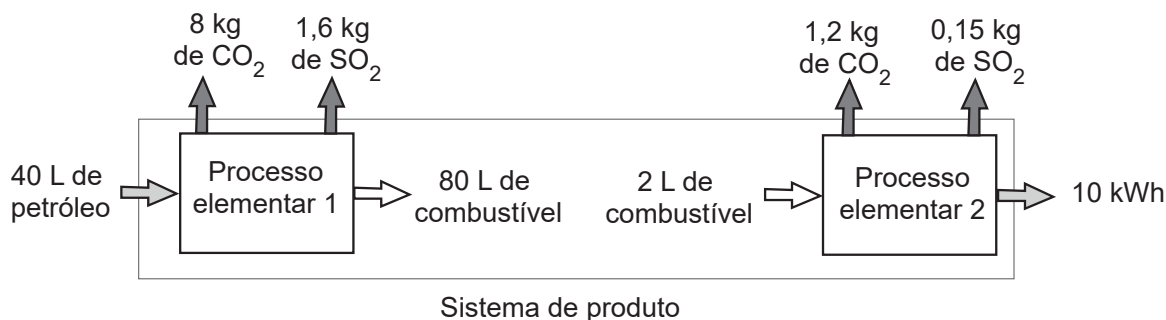
RASCUNHO

RASCUNHO



61

Uma ferramenta de gestão privada muito utilizada para quantificar o uso da base de recursos ambientais, bem como os impactos gerados ao longo do ciclo de vida de um produto, é a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV). Essa metodologia é essencialmente quantitativa, o que permite identificar os pontos críticos no ciclo de vida do produto, comparar produtos, comparar processos produtivos e promover melhorias nos ciclos de produção. A ACV passa pelas etapas de definição de objetivo, análise de inventário (LCI), avaliação de impactos (LCIA) e interpretação dos resultados. Considere que um sistema de produto é montado envolvendo um grafo com os vários processos elementares do ciclo de vida e que as emissões e impactos são calculados para uma unidade funcional do fluxo de referência do produto. Nesse contexto, suponha um sistema de produto simples, formado por uma sequência de dois processos elementares: um para geração de óleo combustível a partir do petróleo e outro para geração de energia elétrica com uso de óleo combustível. Considerando apenas emissões aéreas na forma de CO_2 e SO_2 , a Figura a seguir mostra os processos elementares e seus fluxos de entrada e saída.



Se unidade de referência do sistema é a geração de 1 MWh de eletricidade (1000 kWh) e não há sobra de combustível no volume de controle do sistema de produto, o consumo de petróleo da base de recursos ambientais e as emissões de SO_2 para ecossfera são, respectivamente,

- (A) 80 L de petróleo e 10 kg de SO_2
- (B) 100 L de petróleo e 19 kg de SO_2
- (C) 100 L de petróleo e 140 kg de SO_2
- (D) 200 L de petróleo e 23 kg de SO_2
- (E) 200 L de petróleo e 180 kg de SO_2

62

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, da Agenda 2030, que trata de Cidades e Comunidades Sustentáveis, tem por objetivo principal tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Para atingir esse objetivo, a ONU estabeleceu diversas metas associadas a indicadores.

Muito antes de os ODS serem estabelecidos pela ONU, em 1995, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), implementou o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP), popularmente conhecido como Programa Favela-Bairro. Esse programa teve duas fases (1995-2000 e 2000-2007) e tinha por objetivo urbanizar as comunidades do Rio de Janeiro, integrando-as ao tecido urbano da cidade, por meio da numeração e regulamentação dos lotes, do acesso às infraestruturas urbanas e da implantação de instalações comunitárias, como creches, escolas, áreas recreativas e esportivas. Assim, os lotes passavam a dispor, de modo formal, de abastecimento de água, de ruas pavimentadas, de sistemas de esgotos e drenagem de águas pluviais, e de iluminação pública. Após um início exitoso, o programa acabou por ser descontinuado por enfraquecimento da presença do Estado no controle urbanístico, por precariedade na manutenção das infraestruturas instaladas e por insuficiência na prestação dos serviços públicos.

Se fosse implantado hoje, no que diz respeito a Cidades e Comunidades Sustentáveis e ao ODS 11, esse programa estaria atendendo, prioritariamente, a meta

- (A) 11.1 - garantir o acesso de todos aos serviços básicos e à habitação segura, adequada e a preço acessível.
- (B) 11.2 - proporcionar para todos o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível.
- (C) 11.4 - fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
- (D) 11.5 - reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
- (E) 11.6 - reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar e outros.

63

A gestão ambiental pode ser realizada por meio de instrumentos de comando e controle e por meio de instrumentos econômicos. Alguns desses instrumentos são muito utilizados para o financiamento do desenvolvimento sustentável. No que diz respeito ao atendimento ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 (ação contra a mudança global do clima) e às metas do Acordo de Paris, em termos de redução nas emissões dos gases de efeito estufa (GEE), um instrumento econômico de financiamento que tem sido utilizado é a emissão de títulos verdes (*green bonds*). Esse instrumento deve atender a critérios de elegibilidade definidos por organismos certificadores como a *Climate Bonds Initiative* (CBI).

Segundo a teoria econômica do Meio Ambiente, um título verde que busca atender às metas do Acordo de Paris é identificado como um(a)

- (A) papel de dívida emitido pelo empreendedor, que se compromete gerar retornos ambientais em termos de emissão de GEE, além de devolver o dinheiro com juros para o investidor que o comprar.
- (B) subsídio a um produto, processo ou serviço que, segundo o organismo certificado, gera menos emissão de GEE que o produto, processo ou serviço convencional consumido do mercado.
- (C) certificado de emissão de GEE que pode ser negociado entre os empreendedores pertencentes à área de influência da pluma aérea, dentro do limite total de papéis definido pelo organismo certificador.
- (D) taxa de poluição a ser paga pelo empreendedor, para garantir um determinado nível de emissão de GEE, definido pelo organismo certificador.
- (E) multa por não atendimento ao limite máximo de emissão de GEE definido pelo organismo certificador para área de influência do projeto.

64

A teoria econômica do Meio Ambiente assume que os recursos da biodiversidade possuem alguns valores associados aos seus atributos e serviços gerados. Esses valores são separados em alguns componentes, que somados geram o Valor Econômico do Recurso Ambiental (VERA). Associe os atributos aos componentes do VERA correspondentes, apresentados a seguir.

- I – Valor dado pelas pessoas para o recurso da biodiversidade, buscando um uso indireto futuro das novas gerações.
- II – Valor pago pelo cidadão comum na compra de medicamentos fitoterápicos gerados na Floresta Amazônica.
- III – Valor de proteção dos corpos de água e de controle da erosão gerado pela vegetação ciliar e de encosta existente na Mata Atlântica.

- P – Valor de existência
- Q – Valor de uso direto
- R – Valor de uso indireto
- S – Valor de opção

A associação correta é:

- (A) I – P , II – Q , III – R
- (B) I – P , II – R , III – S
- (C) I – S , II – Q , III – R
- (D) I – S , II – R , III – P
- (E) I – R , II – Q , III – S

RASCUNHO



65

O biogás e biometano são importantes fontes alternativas de energia que irão contribuir para a transição energética brasileira. O Decreto nº 11.003/2022 institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano, com os objetivos de incentivar programas e ações para reduzir as emissões de metano, fomentar o uso de biogás e biometano como fontes renováveis de energia e combustível, e contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil.

Segundo esse Decreto, um instrumento da Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano é o

- (A) Programa Nacional de Crescimento Verde
- (B) Programa Rota 2030
- (C) Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores
- (D) Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular
- (E) Programa Combustível do Futuro

66

Uma reflexão acerca do princípio da entropia para matéria e energia leva à conclusão de que todo processo produtivo gera impactos ao meio ambiente. A ação antrópica na matéria com uso da energia a fim de criar produtos, com alto valor de utilidade, também produz energia na forma de calor à baixa temperatura, sem possibilidade de realizar trabalho, e resíduos com baixa ou nenhuma utilidade que, se lançados na natureza, sem tratamento prévio, impactam o meio ambiente. Pensando em mitigar esse problema as Nações Unidas, dentro da Agenda 2030, criaram o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, cujo principal foco é o “Consumo e Produção Sustentáveis”. Para a busca desse princípio, a ONU estabeleceu várias metas medidas por indicadores.

Apresenta uma meta definida pelas Nações Unidas para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e alcançar o ODS 12, **EXCETO**:

- (A) proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- (B) alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados.
- (C) promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
- (D) reduzir pela metade o desperdício de alimentos *per capita* mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas desses alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
- (E) garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

67

Didaticamente, é comum os autores dividirem os métodos de valoração ambiental em métodos da função de produção e métodos da função de demanda. Os métodos da função de produção, para estimar o valor do recurso ambiental, utilizam o preço de mercado desse bem ou serviço, ou o mercado de um substituto. Já os métodos de função da demanda assumem que a variação da disponibilidade do recurso ambiental altera a disposição a pagar pela manutenção (ou a aceitar a perda) do bem ou serviço ambiental. Dessa forma, esses métodos utilizam questionários para estruturar a função da demanda e valorar o bem.

São, respectivamente, um método de função da produção e um método de função da demanda:

- (A) método da produtividade marginal e método de custos de reposição
- (B) método da valoração contingente e método de bens substitutos
- (C) método dos custos evitados (ou gastos defensivos) e método do custo de viagem
- (D) método de bens complementares e método de preços hedônicos
- (E) método do custo de viagem e método da produtividade marginal

68

Desde a década de 1990, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) introduziu no seu corpo de indicadores, para avaliar o progresso e a governança de seus países membros e de não membros, um conjunto de indicadores ambientais. Além de separar os indicadores ambientais por setores produtivos (energia, transportes, agricultura, etc.), a fim de avaliar as interações desses com o meio ambiente, a OCDE classifica os indicadores ambientais segundo o modelo PER: indicadores de pressões, diretas e indiretas, sobre o meio ambiente; indicadores das condições ambientais; e indicadores das respostas da sociedade. A classificação, segundo o modelo PER, busca responder a três questões básicas: o que está acontecendo com o ambiente? (Estado); por que isso ocorre? (Pressão); e o que a sociedade e outros atores estão fazendo a respeito? (Resposta).

Um exemplo de indicador de Estado (ou condição) ambiental, segundo o modelo PER, é a(o)

- (A) quantidade de recursos aplicados na proteção do meio ambiente.
- (B) produção de CFC, halogênio e outras substâncias depressoras da camada de ozônio.
- (C) concentração atmosférica mundial de gases de efeito estufa.
- (D) total de resíduo reciclado na fonte pela população local.
- (E) nível de subsídios e subvenções aplicados a produtos e serviços ambientalmente corretos.

69

A descarbonização da economia é uma das principais metas buscadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa demanda vem atrelada à emergência climática e adquiriu maior evidência com a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, (COP-26). No Brasil, o Decreto nº 11.550/2023 regulamentou o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, com a competência de articular e definir linhas de ação, no âmbito federal, referentes aos objetivos, às diretrizes e aos instrumentos previstos na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), e o Decreto nº 9.073/2017 promulgou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

São ações que geram efeitos de descarbonização em diferentes setores da economia, **EXCETO** a promoção do(a)

- (A) transporte coletivo no setor de transportes, através da criação de corredores expressos e do uso de pedágios que limitem o fluxo de veículos individuais a áreas com maior demanda.
- (B) aquecimento residencial, por fontes de eletricidade renovável, em regiões de clima frio, em substituição ao aquecimento por caldeiras e boilers a gás natural.
- (C) uso de combustíveis alternativos, por incentivos ao uso do gás natural veicular e do biodiesel, em substituição à gasolina e ao diesel.
- (D) expansão da área de florestas plantadas e de sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta, sobre áreas degradadas ou áreas onde eram desenvolvidos sistemas agrícolas convencionais.
- (E) geração elétrica verde, pelo incentivo à implantação de hidrelétricas e de termelétricas a gás natural, em substituição à geração elétrica por meio de painéis solares e usinas eólicas.

70

A governança ambiental compreende todos os processos de governar, dirigir e orientar, com ações voltadas para a preservação do Meio Ambiente. Esses processos são implementados através de atividades realizadas normalmente por organismos estatais, particularmente a nível de Estado-nação. Uma das principais formas de se medir a efetividade dessas ações que buscam a sustentabilidade é adotar objetivos e metas baseados em indicadores de sustentabilidade. Um dos indicadores de sustentabilidade utilizado como parâmetro para as ações de governança é a Pegada Ecológica. Esse indicador mensura, por meio de bens ou recursos ambientais o consumo da população de uma determinada região e o transforma em uma unidade de medida de demanda por terra bioprodutiva. Esse total é confrontado com a biocapacidade, isto é, a oferta disponível de terra bioprodutiva nessa mesma região, sendo obtido um superávit ou déficit de biocapacidade.

No que diz respeito ao indicador Pegada Ecológica, analise as afirmativas a seguir.

- I - O desejável é que a oferta disponível de terra bioprodutiva em uma determinada região seja inferior à demanda de terra bioprodutiva nessa mesma região.
- II - Em termos de economia comportamental, as mudanças em hábitos de consumo podem diminuir a demanda por recursos e alterar os valores de pegada ecológica do local onde essas pessoas residem.
- III - Segundo dados do *National Footprint and Biocapacity Accounts 2023* (ano base 2019), o Brasil possuía uma pegada ecológica de 2,6 gha e um superávit de biocapacidade de 5,7 gha, o que evidencia que o Brasil necessitava de, aproximadamente, 45,6% de sua oferta de área produtiva para atender à sua demanda.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) I e II
- (D) I e III
- (E) II e III

RASCUNHO